

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

HÉLIO CARDOSO REIS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA

Porto Alegre

2010

HÉLIO CARDOSO REIS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Octávio Conceição

Porto Alegre

2010

HÉLIO CARDOSO REIS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Octávio Conceição - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luis Faria
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt
UFRGS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	08
2.1 MUDANÇA DE ESTRUTURA.....	08
2.2 MEIO AMBIENTE.....	09
2.3 SUBDESENVOLVIMENTO.....	10
3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O INSTITUCIONALISMO.....	12
3.1 O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO HISTÓRICO.....	13
3.2 MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	15
3.3 TEORIA DE CRESCIMENTO EVOLUCIONÁRIA	16
4 INSTITUCIONALISMO E NOVAS TECNOLOGIAS.....	20
4.1 TEORIA NEOSCHUMPETERIANA.....	20
4.2 TECNOLOGIA E ECONOMIA.....	22
4.3 MUDANÇAS NA TECNOLOGIA E NA ECONOMIA.....	24
5 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: DOUGLASS NORTH.....	26
5.1 INSTITUIÇÕES E PERFORMANCE ECONÔMICA.....	26
5.2 A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA ECONOMIA.....	28
5.3 AS INSTITUIÇÕES E O CONHECIMENTO.....	29
5.4 COMPREENDENDO O PASSADO ECONÔMICO.....	32
6 O NEO-INSTITUCIONALISMO.....	34
7 INSTITUIÇÕES, CAPITAL HUMANO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	36
7.1 CAPITAL HUMANO.....	36
7.2 RENT-SEEKING.....	37
7.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO.....	39
8. O CASO BRASILEIRO.....	40
8.1 INSTITUIÇÕES NO BRASIL.....	40
8.1.1 O PAPEL DO GOVERNO NO DESENVOLVIMENTO.....	42
8.1.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL DOS ANOS 80 E 90.....	44
8.2 INSTITUIÇÕES E POLÍTICA INDUSTRIAL.....	46
8.2.1 A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA POLÍTICA INDUSTRIAL.....	48
8.2.2 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	49
8.3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL BRASILEIRO.....	52
8.4 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.....	53
8.5 O MERCADO.....	55
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O tema do Desenvolvimento Econômico é amplo e complexo, neste trabalho vou procurar enfatizar este tema no viés da Economia Institucional. A questão a ser investigada é a Economia Institucional e o Desenvolvimento Econômico. Na ótica da Nova Economia Institucional e Neo-Institucionalismo.

O objetivo central do trabalho é a pesquisa teórica da Economia Institucional e a relação dela com o Desenvolvimento Econômico. Para entendermos melhor os fatores que possibilitam o desenvolvimento econômico, e como os países se tornam desenvolvidos. Os objetivos específicos são: (i) verificar a relação entre o desenvolvimento econômico e as instituições; (ii) verificar se as instituições no Brasil funcionam adequadamente com base na teoria institucionalista. É necessário o estudo teórico da Economia Institucionalista para compreendermos o presente, o passado e tentarmos melhorar nosso futuro. Com a visão institucionalista, podemos expandir nosso conhecimento econômico além das teorias convencionais, termos maior amplitude de conhecimento para estudarmos a economia brasileira.

No primeiro capítulo vamos analisar o tema do desenvolvimento econômico, com ênfase na mudança de estrutura, no meio ambiente e no subdesenvolvimento.

No segundo capítulo temos o desenvolvimento econômico na visão institucionalista. Vamos abordar o desenvolvimento como processo histórico, a mudança institucional, e a teoria de crescimento evolucionária. Todos temas necessários para entendermos os fatores que podem propiciar o desenvolvimento econômico.

No terceiro capítulo temos o institucionalismo e as novas tecnologias, com a abordagem neoschumpeteriana, com o foco na tecnologia. Abordagem, de como as mudanças tecnológicas são fundamentais para o desenvolvimento econômico, como podemos verificar estas mudanças na economia.

No quarto capítulo vemos a nova economia institucional, na abordagem de Douglass North. Assim, temos instituições e performance econômica, a mudança institucional

na economia, instituições e o conhecimento, importância do passado econômico. Analisamos o desenvolvimento com ênfase na nova economia institucional, verificando a importância das instituições e da história de cada localidade no seu processo de desenvolvimento econômico.

No quinto capítulo temos a teoria neo-institucionalista, com uma abordagem mais histórica das instituições e a crítica a teoria neoclássica. Mostrando a importância do processo de desenvolvimento das instituições em cada país.

No sexto capítulo estudamos instituições, capital humano, rent-seeking e educação. Esta abordagem é importante para entendermos o processo de desenvolvimento, para avaliarmos quais aspectos influenciam diretamente no desenvolvimento de nosso país. Assim temos a importância do capital humano na economia. Já o rent-seeking é uma forma de transferência de renda para determinados grupos da sociedade. E a educação é um dos pilares do desenvolvimento de qualquer país.

No último capítulo temos o caso brasileiro, uma breve análise de nosso país com foco na economia institucional. Fica claro que é importante trazer o Brasil para a discussão do desenvolvimento econômico, e a dificuldade de alcançarmos este desenvolvimento. Assim, temos o papel fundamental que as instituições tem na nossa economia e em todo o processo histórico de desenvolvimento de nosso país. Assim vemos as instituições no Brasil, o papel do governo no desenvolvimento, ambiente institucional nos anos 80 e 90, instituições e política industrial, ambiente institucional do Brasil.

O desenvolvimento é um tema fundamental no ambiente econômico nacional, pois o Brasil tem dificuldade de atingir este desenvolvimento. E quais são os determinantes do desenvolvimento, porque o Brasil não o alcança. Como podemos ter sucesso no Desenvolvimento de nosso país, uma visão institucional do Desenvolvimento.

Todos nós sabemos, que o Brasil é um país rico com setores desenvolvidos, mas ainda temos muita pobreza e miséria. Como podemos estudar o Subdesenvolvimento Brasileiro sob a ótica das Instituições.

O Brasil desde os anos 60 e 70 se tornou o país do futuro, com o milagre econômico muitos acreditavam que em poucos anos o país estaria no mundo desenvolvido. Ao invés disto continuamos subdesenvolvidos, com muita pobreza e péssima distribuição de renda. Como podemos explicar isto?

Pela ótica da Economia Institucional podemos verificar alguns aspectos importantes. Sabemos que no Brasil não falta dinheiro pra investimentos, haja vista que temos uma das maiores carga tributária do mundo. Mas como ainda continuamos subdesenvolvidos e mergulhados na pobreza extrema de uma parcela significativa da população. Segundo North, os custos de transação têm aspecto fundamental neste debate. A Nova Economia Institucional nos mostra que os custos de transação afetam toda a economia, criando barreiras para o desenvolvimento ou ajudando-o. Quanto menores os custos de transação, melhor é o funcionamento dos mercados e da sociedade, teremos uma distribuição de renda melhor e políticas publicas mais eficazes.

O Neo-Institucionalismo tem ênfase nos aspectos históricos da economia. O desenvolvimento seria um longo caminho a ser percorrido com base nas instituições. A mudança histórica molda as instituições e as relações da sociedade. Estas instituições influenciam a economia e sua eficácia na alocação de recursos. Para atingirmos o desenvolvimento são necessárias mudanças estruturais na economia e na própria sociedade, nas relações de poder.

Temos assim que o tema do desenvolvimento econômico é amplo e diverso. Mas sob a Ótica da Economia Institucional podemos ver alguns aspectos que atrasam o Brasil na busca deste sonhado mundo desenvolvido. Então podemos propor alguns fatos relevantes para alcançarmos o desenvolvimento, reduzindo a miséria e a péssima distribuição de renda.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O conceito de desenvolvimento pode ser sinônimo de crescimento. Para alguns economistas o Crescimento é indispensável para o Desenvolvimento, mas não suficiente. Temos modelos de acumulação de capital que consideram todos países iguais, de forma simplificada. E o crescimento econômico traz a melhoria de renda, e a melhoria da condição de vida de todos. Mas na verdade, o desenvolvimento econômico é um pouco mais complexo, dependendo de outros aspectos como os institucionais. Pois podemos ter crescimento econômico elevado, e piora na distribuição de renda. E também podemos ter aumento não suficiente na queda da taxa de desemprego.

Então podemos considerar o Desenvolvimento como mudança na vida das pessoas, da estrutura produtiva e das instituições. Assim o desenvolvimento, é a transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente, com a melhoria de vida das pessoas.

2.1 MUDANÇA DE ESTRUTURA

Segundo os estruturalistas, o desenvolvimento econômico pode ser visto como a mudança da estrutura econômica, social e institucional, com o aumento de renda da população e melhoria dos níveis de produtividade da economia.

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de ser crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno (CHENERYM , apud SOUZA 2009, p.6).

O processo de desenvolvimento de uma economia é longo e difícil. Pois a economia subdesenvolvida tem aspectos diferentes da economia moderna capitalista. Os

agentes econômicos tem conduta diferente, com atraso em relação às economias desenvolvidas.

Desenvolvimento econômico é o crescimento econômico contínuo, com mudanças estruturais, melhoria de indicadores econômicos e sociais. Ocorre no longo prazo, com fortalecimento da economia nacional e ampliação da economia de mercado, melhoria da condição de vida da população. O desenvolvimento traz mais estabilidade econômica, o progresso tecnológico e formação de capital ocorrem mais naturalmente, dentro do país. O mercado interno é ampliado, pois com a melhoria de renda da população, aumenta também seu consumo. O país fica menos dependente da exportação.

A melhoria da renda, é fundamental no processo de desenvolvimento, mas podemos verificar que o simples aumento da renda não caracteriza o desenvolvimento. Mas também como ela se distribui, se chega as camadas mais pobres da população, se temos a melhoria de educação, saúde, saneamento básico, acesso à tecnologia.

2.2 MEIO AMBIENTE

O meio ambiente tem um papel importante na questão do desenvolvimento, pois o desenvolvimento envolve também a preservação do meio ambiente. Pois o crescimento econômico também acarreta o esgotamento de recursos naturais.

O crescimento econômico pode poluir rios, desmatar florestas nativas, poluir o ar das cidades. Assim, o desenvolvimento sustentável que pode preservar o meio ambiente.

O problema é que desmatamento e a poluição das águas potáveis podem prejudicar a fauna e a flora, provocando mudanças climáticas. Alguns, dizem que com o progresso tecnológico pode auxiliar na preservação do meio ambiente, e que os países desenvolvidos tem melhorado seus níveis de poluição. A poluição gera externalidades negativas, pois afeta a qualidade dos bens públicos e aumenta os

custos sociais. Uma solução seria incentivar o desenvolvimento de tecnologia limpa e também cobrar altas taxas de poluidores.

Podemos preservar o meio ambiente através de gerenciamento ambiental em áreas chaves, como fontes de água potável e rios, que é mais barato que pagar a despoluição. Assim, vemos que apenas o mercado não é capaz de preservar o meio ambiente, mas precisamos de forte regulamentação. (SOUZA, 2009).

2.3 SUBDESENVOLVIMENTO

O subdesenvolvimento é um problema crônico em várias nações do mundo. É importante discutirmos esta passagem de países subdesenvolvidos para desenvolvidos. O número de pessoas pobres, é um indicador de desenvolvimento. Este indicador afeta o mercado interno, pois pobres não tem condições de consumo e restringe o tamanho do mercado consumidor. Mesmo em países de renda média e nos desenvolvidos temos pessoas pobres, que não tem condições de suprir as necessidades básicas.

Nas últimas décadas o padrão de vida dos mais pobres vem diminuindo, pois temos aumento demográfico da população, crescimento do desemprego. Devido a desaceleração do crescimento mundial. Assim, temos mais pobres nas periferias dos grandes países, inclusive nos desenvolvidos. Que acarreta piora nos indicadores sociais e aumento da criminalidade.

O subdesenvolvimento é o crescimento econômico inferior ao crescimento demográfico, ou seja o país cresce menos que o necessário para gerar emprego e renda para sua população. Também por sua concentração de renda, tendo assim grande número de pobres em relação a população total. A economia permanece estagnada, sem evolução tecnológica e crescimento sustentável.

A economia é subdesenvolvida quando temos um dualismo, com estruturas mais dinâmicas e tecnológicas, e outras mais antigas e tradicionais adotando técnicas antigas de produção e administração. Temos indústrias desenvolvidas com alta

relação de capital trabalho, e outras menos desenvolvidas intensivas em mão de obra, e baixa qualificação.

Temos desigualdades regionais, com empresas buscando locais com melhor infraestrutura. O governo ineficiente não consegue suprir os investimentos necessários para o desenvolvimento, pois acaba aumentando o emprego público para suprir a demanda de emprego que não é absorvida pelo setor privado. Faltam investimentos em saneamento, transportes, educação segurança. Aumenta o número da população que vive na linha da pobreza aumentando assim os índices de criminalidade e violência.

A economia subdesenvolvida depende muito do setor externo, pois necessita de mercados compradores de seus produtos, principalmente commodities. Também é dependente econômica e financeira dos países desenvolvidos, depende de tecnologia externa para melhorar seus índices de produtividade, principalmente através de importação de máquinas e equipamentos. O investimento público é reduzido devido a restrições orçamentárias e altas taxas de inflação, tendo pouco investimentos em áreas sociais e setores estratégicos, assim temos pontos de estrangulamento e pobreza da população.

O crescimento da indústria nem sempre está relacionado com melhorias sociais. Entre 1970/1993 tivemos aumento da participação da indústria no PIB, mas expandiu-se a importação de cereais, e reduziu-se a produção de alimentos per capita nos países de Baixa Renda (Banco Mundial, apud SOUZA, 2009). Também temos o êxodo rural causado pelo aumento da indústria que reduziu a produção de alimentos e causou inflação. Portanto é necessário algum programa de distribuição de renda associado ao crescimento econômico e industrial. Para atendermos a demanda dos trabalhadores urbanos por comida, é necessário investimentos na agricultura para melhorarmos a produtividade do campo. Pois com o desenvolvimento, aumenta a parcela da população morando nas cidades, e reduz no campo. Para aumentarmos a produtividade do campo é necessário crédito, irrigação, novos insumos e técnicas avançadas de cultivo. Assim, podemos ter aumento da produção com redução do preço dos alimentos, que é saudável para toda a economia.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O INSTITUCIONALISMO

O desenvolvimento econômico pode ser analisado por diversos fatores, mas temos que existe uma relação forte entre as instituições e o desenvolvimento. Pois o ambiente institucional molda a capacidade de desenvolvimento na economia.

Segundo Conceição,

[...] crescimento econômico constitui-se em (a) um processo, de rupturas e reconstruções; (b) as características da transição de um velho para um novo processo de crescimento são elementos decisivos para a análise; (c) as mudanças estruturais de natureza tanto tecnológica quanto institucionais são fundamentais. (CONCEIÇÃO,2007,p.3)

Então temos que o desenvolvimento envolve não apenas acumulação de capital e renda, mas também os aspectos institucionais e históricos de cada localidade específica. Mudando a característica de desenvolvimento de cada localidade, tendo assim alternativas diferentes de desenvolvimento econômico. Assim que a Economia Institucionalista trata de desenvolvimento, os aspectos históricos tem importância, e muda de país para país de acordo com suas tradições e costumes(NORTH, 2005; HOGSON, 2002).

O Crescimento Econômico é um processo, que ocorre em cada localidade específica, e com o aspecto histórico sendo relevante. Portanto não podemos copiar modos de crescimento econômico, pois dependemos de incertezas e aspectos históricos. As instituições tem papel fundamental neste processo, com suas normas, regras e hábitos. As mudanças tecnológicas e institucionais são importantes para o desenvolvimento, pois podem acelerar este processo.

A Economia Institucional tem duas grandes áreas, segundo Conceição (2007, p. 4) *“De um lado, inclui-se os herdeiros da tradição mais próxima do Antigo Institucionalismo Norte- Americano, que tem nos estudos de Veblen, Commons e Mitchell. [...] De outro lado, há um grupo de autores que, com exceção de Commons – que, segundo eles, sugeriu a noção de custos de transação – tem pouca afinidade com o Antigo Institucionalismo sendo, por isso mesmo hoje designados de teóricos*

da NEI". Estes teóricos da NEI se concentram na teoria dos custos de transação. Para o Antigo Institucionalismo tem pouco sentido a racionalidade econômica dos agentes, para explicar a realidade e o desenvolvimento. A NEI considera que as instituições modelam e definem a economia no comportamento racional. Os agentes fazem aquilo que está na sociedade, ou seja suas regras no contexto da sociedade. (NELSON e SAMPAT, apud, CONCEIÇÃO, 2007).

Segundo Mathews (1986), temos várias diferenças nas abordagens institucionalistas, na própria definição de instituições. Primeiro temos instituições como um sistema de direito de propriedade. Depois temos instituições como normas e convenções de ambiente econômico, como base as leis. E temos também, os tipos de contrato que refletem diferentes formas de autoridade. Então o desenvolvimento ocorre por mudanças institucionais, com mudança e inovação.

A fonte de desenvolvimento é a mudança institucional, que segundo este processo de mudança é diferenciado de um processo de melhoras sucessivas que levem a uma maximização única e total na economia. Pois a realidade tem fatores diversos que atuam, como a sociedade, Estado, complexidade social e política. Segundo (MATTEWS, 1986, p.908) *"The analogy between institutional innovations and technical innovations creates a presumption, no more, that institutional change has made a positive contribution to economic growth."*

A mudança institucional cria condições para o desenvolvimento, pois atua de forma a melhorar os aspectos econômicos criando novas formas e técnicas de desenvolver a economia.

3.1 O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO HISTÓRICO

O desenvolvimento pode ser explicado pelo processo histórico dos países, pois a economia sofre modificações ao longo dos anos. Segundo Zysman (1994), o desenvolvimento é criado pelo processo histórico, ou seja, pelo que ocorreu ao

longo do tempo em cada localidade, pelos aspectos institucionais específicos de cada sociedade, ao decorrer de seu processo histórico.

As instituições moldam a economia de acordo com a trajetória de crescimento de cada país. Pois temos diferentes formas de capitalismo, de sociedades e países.

Desta forma, o Institucionalismo é tratado de forma histórica, com diferentes instituições moldam a economia de cada localidade específica. Segundo Conceição(2007), “[...] diferentes conformações históricas e institucionais desenham, nos diversos contextos regionais, os sistemas nacionais de inovação, que distinguem as trajetórias tecnológicas. [...] institucionalismo e evolucionismo são fenômenos impossíveis de serem compreendidos de maneira desvinculada”.

As instituições servem de maneira a estruturar a economia para facilitarem o aspecto da inovação, muito importante para o desenvolvimento.

As trajetórias de crescimento dependem das instituições, que permitem diferentes formas de desenvolvimento econômico. Assim, o ambiente é importante para facilitar a inovação, pois as firmas, o governo, podem desenvolver novas formas de administração e produção. O desenvolvimento é um processo de interação e competição. Então, temos que: a) os vários aspectos de mercado têm efeito sobre o crescimento no longo prazo, b) a interação entre as economias de mercado e seus parceiros comerciais influenciam seu crescimento c) a economia de mercado nacional de um país dominante pode influenciar o resto do mundo. (ZYSMAN, 1994).

Temos formas distintas de crescimento, de acordo com a especificidade de cada economia nacional e seu mercado. As instituições não são reguladores de decisões econômicas ótimas, mas a síntese das diversas relações entre decisões frente à incerteza. O mercado é a forma que aparecem as instituições, que atuam sobre a economia. Segundo Zysman, o crescimento acontece por padrões de inovação e desenvolvimento tecnológico, com as instituições atuando como fontes geradoras de conhecimento.

O processo histórico que define as instituições, a forma como atuam na economia e as decisões políticas e governamentais de investimento. Pois não basta o

investimento para gerar desenvolvimento, mas o ambiente institucional propício para inovação e difusão de desenvolvimento, conforme Zysman:

Technology, like market processes, is not disembodied. It develops in communities: it has local roots. The processes of learning that drive its development are shaped by the community and institutional structure, and consequently the technological trajectories can only be defined in reference to particular societies(ZYSMAN, 1994, p. 261).

Assim , as instituições podem explicar os diversos caminhos de desenvolvimento trilhados por diversas economias distintas. Uma base institucional, política e social fornece uma economia de mercado que vai direcionar o crescimento econômico.

O processo de desenvolvimento só pode ser entendido verificando os aspectos locais de cada sociedade, não podemos “importar” modelos prontos de desenvolvimento para cada economia. Pois o que define o padrão de desenvolvimento é seu aspecto institucional, político e social.

As idéias institucionalistas se opõem ao ideal neoclássico, principalmente a idéia de equilíbrio, pois para os institucionalistas o desenvolvimento envolve disputa, antagonismo e incerteza. (CONCEIÇÃO, 2007).

3.2 MUDANÇA INSTITUCIONAL

A mudança institucional é fundamental para o processo de desenvolvimento, pois as instituições moldam a economia, suas regras e hábitos. Segundo North (1990), o desenvolvimento econômico ocorre através de um processo de mudança. E as mudanças institucionais são fundamentais neste processo, o que se aproxima com a teoria dos evolucionários. Assim, temos o processo de mudança que ocorre no desenvolvimento:

A theory of economic dynamics is also crucial for the field of economic development. There is no mystery why the field of development has failed to develop during the five decades since the end World War II. Neoclassical theory is simply an inappropriate tool to analyze and prescribe policies that will induce development. (NORTH, 1994, p.359).

Uma teoria sobre a dinâmica econômica seria fundamental para o desenvolvimento econômico. Temos que ter políticas que induzem o desenvolvimento, mas é necessário compreender como ocorre este desenvolvimento.

As decisões tomadas pelas firmas e pela sociedade determinam como será a economia. Estas decisões no curto prazo, que levam a mudança econômica de longo prazo. As idéias, e crenças são refletidas nos modelos usados pelas firmas.

As decisões políticas e econômicas de hoje, e através da história, se refletem no processo desenvolvimento econômico. North considera o processo de mudança econômica como fundamental para se entender o processo de crescimento.

É necessário considerar os aspectos institucionais para entender processos tão complexos. A mudança econômica deve contemplar alguns aspectos: incerteza, a crença e os costumes, a intencionalidade humana. Tudo isto define a estrutura institucional. Pois entendendo este processo de mudança econômica podemos compreender as diversas performances econômicas.

North tem cinco proposições sobre a mudança institucional:

1. The continuous interaction between institutions and organizations in the economic setting of scarcity and hence competition is the key to institutional change.
2. Competition forces organizations to continually invest in skills and knowledge to survive. [...]
3. The institutional framework provides the incentives that dictate the kinds of skills and knowledge perceived to have the maximum payoff.
4. Perceptions are derived from the mental constructs of the players.
5. The economies of scope, complementarities, and network externalities of an Institutional matrix make institutional change overwhelmingly incremental and path dependent. (NORTH, 2005, p. 59).

Assim, as interações entre as instituições e as organizações, e a concorrência geram a mudança institucional. Para entendermos a dinâmica econômica é necessário compreender o processo de mudança que ocorre com a mudança institucional, que afeta toda a economia e a sociedade.

3.3 TEORIA DE CRESCIMENTO EVOLUCIONÁRIA

Para entendermos o processo de desenvolvimento, temos que compreender a teoria de crescimento evolucionária. A teoria de crescimento neoclássica é inadequada para caracterizar o desenvolvimento. Então, tem se desenvolvido a teoria de crescimento evolucionária. (NELSON, 2002).

O progresso tecnológico em um processo evolucionário leva a uma teoria do crescimento com estrutura diferente dos neoclássicos. (CONCEIÇÃO, 2007).

Mas o desenvolvimento tecnológico se sustenta pela base institucional que propicia este avanço, e como ele é absorvido pela sociedade e pela economia. Esta ligação entre o desenvolvimento econômico e as instituições é antiga, segundo Nelson:

Thus Adam Smith's analysis concerned with how the division of labor is limited by the extend of the market" and, in particular, his famous pin making example, certainly fits the mold of what I would call evolutionary theorizing about economic change. Indeed, his analysis is very much one about the co-evolution of physical technologies and the organization of work, with the latter, I would argue, very much a notion about "institutions". [...] Karl Marx of course was both an evolutionary theorist and an institutional theorist. If you consider the broad scan of his writing, so too was Alfred Marshall. (NELSON, 2002, p. 18 e 19).

Podemos ver como a análise institucional e evolucionária é antiga na teoria econômica e ficou apagada muitos anos após a teoria neoclássica. Mas tem tradição na teoria econômica.

A Nova Economia Institucional e a Nova Economia Evolucionária têm diferenças, mas tem tido convergência com os trabalhos de Hodgson e Langlois. (Conceição).

A Economia Institucionalista tem adotado uma visão evolucionária de como as instituições se formam e mudam. E muitos estudiosos tem se focado no Sistema de Inovação Nacional, que propicia o desenvolvimento.

Temos aspectos comuns entra a Economia Institucional e a Economia Evolucionária. Ambas podem juntar seu conhecimento, pois tem em comum o aspecto que a ação humana resulta de hábitos e pensamento. E não, da ação maximizadora dos agentes racionais. Assim, tem-se tentado compreender os determinantes da performance econômica, e como se diferenciam os países ao longo do tempo. Os evolucionários tem enfoque nas tecnologias e os institucionalistas nas instituições.

Segundo Nelson:

For evolutionary theorists, a country's level of technological competence is seen as the basic factor constraining it's, with technological advance the central driving force behind economic growth. As noted, increasingly evolutionary economist are coming to see "institutions" as molding the technologies used by a society, and technological change itself. However, institutions have not as yet been incorporated into their formal analysis. (NELSON, 2002, p. 19).

Então, vemos que para os evolucionários a tecnologia é o aspecto principal que move a economia e o crescimento econômico. E ainda não consideram os aspectos institucionais que estruturam as mudanças tecnológicas. Mas é possível unir as duas teorias, e termos as instituições numa teoria evolucionária de crescimento econômico. Assim, podemos compreender melhor o desenvolvimento com uma teoria diferente dos neoclássicos com seus modelos prontos.

Segundo Nelson e Winter, temos o conceito de rotina na economia. Que diz que as rotinas determinam a performance da firma, e as rotinas de seus clientes, fornecedores, todos que interagem entre si. Muitas vezes as rotinas são iguais para determinados setores, mas pode não ser. A distribuição destas rotinas na economia determina a performance econômica global. (Conceição, 2007).

Segundo Nelson:

Under evolutionary economic theory, economic growth is caused by changes in the distribution of operative routines, associated both with the creation of superior new routines, and the increasingly widespread use of superior routines and the abandonment of inferior ones. The latter can occur through the relative expansion of organizations that do well, or the adoption of better by organizations that had been using less good ones, or both (NELSON, 2002, p. 20).

As rotinas tem papel importante para determinar o processo de desenvolvimento, a mudança de rotinas inferiores por rotinas melhores determina este processo de mudança e performance das firmas na economia. As rotinas mais complexas estão vinculadas a rotinas mais simples, que devem ser feitas para efetivá-las. E o centro das rotinas tem elementos muito parecidos, de acordo com o setor que está ocorrendo, sendo os mesmos elementos usados em cada setor.

Então ocorre que as rotinas produtivas são disseminadas por aqueles que são especializados, pois elas são cumulativas e desviar delas envolve alto risco. E uma rotina particular faz parte de um sistema de rotinas, isto dificulta a mudança de rotinas e as torna mais generalizadas. (Conceição, 2007).

Os mercados podem ser definidos pelas tecnologias sociais, que são as regras do jogo. Como os custos de transação, seria a forma de se conseguir baixos custos de transação. É um conceito amplo que pode ter forma de organização da economia,

dentro de organizações privadas. Os mercados são definidos pelas tecnologias sociais. Segundo Nelson (2002, p.22):

[...] to view institutions as “constraints” on behavior is analogous to seeing prevailing physical technologies as constraints. A productive social technology (an institutional) or a physical technology is like a paved road across a swamp. To say that the location of the prevailing road is a constraint on getting across is basically to miss the point. Without a road, getting across would be impossible, or at least much harder.

As instituições não são restrições de comportamento, mas formas de conseguir coisas com a cooperação humana. As instituições facilitam o caminho para se conseguir alcançar os objetivos necessários ao desenvolvimento. Pois com instituições fortes e regras claras, a economia pode crescer de forma sustentável e de forma mais previsível.

O desenvolvimento tecnológico é fundamental na economia evolucionária. Podemos considerar as instituições como “tecnologias sociais”, desta forma as instituições fazem parte de uma teoria de crescimento.

De acordo com a economia evolucionária, o crescimento econômico é dado pelo avanço de novas tecnologias, pelo aumento da produtividade. Desta forma, temos novos produtos e serviços melhores. Segundo Conceição(2007): “[...] as novas instituições e tecnologias sociais aparecem como mudanças nos modos de interação – novos modos de organização do trabalho, novos tipos de mercados, novas leis, novas formas de ação coletiva – que são chamadas, como as novas tecnologias[...]”. Portanto as instituições se modificam e mudam a maneira de produzir, a organização social, e assim, temos as mudanças institucionais que ocorrem no processo de desenvolvimento econômico. A economia está em constante mudança e evolução, e assim também as instituições. Com novas tecnologias, novos meios de gestão, podemos ter novos ciclos de desenvolvimento desencadeados por estas mudanças institucionais.

4 INSTITUCIONALISMO E NOVAS TECNOLOGIAS

As novas tecnologias têm papel fundamental no processo de desenvolvimento, assim como as novas instituições que surgem deste processo. Segundo a Teoria da Regulação e da Abordagem Neoschumpeteriana, com fortes aspectos institucionais, sem um ambiente institucional favorável não temos um ciclo grande de crescimento. Pois necessitamos das instituições para termos condições de propagação de novas tecnologias. Assim, o crescimento de longo prazo tem trajetória cíclica, inerente ao capitalismo. A economia funciona de acordo com as normas institucionais vigentes, e a tecnologia também.

As crises ocorrem pois temos um esgotamento do modelo vigente, dependendo assim de um novo paradigma tecnológico, com as instituições articulando o novo ciclo de crescimento. Pois sem inovação tecnológica, não temos ciclo de crescimento, e necessitamos também do suporte institucional compatível com a “nova tecnologia”. Assim vamos abordar a teoria neoschumpeteriana.

4.1 TEORIA NEOSCHUMPETERIANA

Os neoschumpeterianos trazem a importância de Schumpeter para entendermos a dinâmica capitalista e as crises. Segundo Freeman,

[...] para Schumpeter, como para nós, inovação técnica não é um fenômeno separado, mas é, ao contrário, um fator crucial na explicação do ciclo dos negócios e geralmente da dinâmica do crescimento econômico [...] (FREEMAN, apud CONCEIÇÃO, 1996).

Então vemos que é importante a inovação tecnológica no processo de crescimento e desenvolvimento, pois é o ponto crucial. Sem inovação, nunca teremos o desenvolvimento, e as instituições são necessárias para propiciar este desenvolvimento.

E segundo Schumpeter,

O ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. [...] Não se deve este caráter evolutivo do processo do processo capitalista apenas ao fato que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. [...] É o processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. (SCHUMPETER, apud CONCEIÇÃO, 1996).

Assim, vemos que o desenvolvimento só ocorre com mudanças na estrutura econômica, ou seja, mudanças dentro do processo capitalista que ocorrem gerando crises, mas que mantém o crescimento de longo prazo. E as instituições também se alteram para atender os requisitos das novas tecnologias.

Freeman adota o pensamento schumpeteriano, o modelo de Freeman:

(a) Mudança Técnica é uma força fundamental na conformação dos padrões de transformação da economia.

(b) Há alguns mecanismos de ajustamento dinâmico que são de natureza radicalmente diferente daqueles mecanismos alocativos postulados pela teoria tradicional.

(c) Estes mecanismos encontram-se relacionados tanto à mudança técnica e institucional quanto à falta dela.

(d) [...] A estrutura sócio-institucional sempre influencia e pode algumas vezes facilitar e algumas vezes retardar os de mudança técnica e estrutural, de coordenação e de ajustamento dinâmico. (FREEMAN, 1988, p. 2, apud CONCEIÇÃO, 1996).

Assim, segundo Freeman, temos uma diferenciação da teoria tradicional de eficiência alocativa, dos agentes maximizadores. Temos alguns mecanismos ligados a mudança técnica e institucional, que induzem crescimento e desenvolvimento. Ou seja, as instituições têm papel central no debate do desenvolvimento. E a estrutura social e institucional, proporciona ou dificulta este processo.

Temos em Schumpeter uma teoria alternativa de desenvolvimento econômico. Deixou em destaque as “mudanças técnicas” no centro da economia, colocou as inovações como fonte do dinamismo no processo capitalista. Fez a distinção entre a invenção, inovação e difusão da inovação. Mas temos pontos em aberto na sua teoria, que os neoschumpeterianos tentam aprimorar. Mas fica claro que a tecnologia tem papel central no desenvolvimento econômico.

4.2 TECNOLOGIA E ECONOMIA

A economia está em constante mudança, e a tecnologia propicia ciclos longos de crescimento econômico. Assim, o modelo Freeman-Perez nos explica como funcionam os ciclos longos de crescimento, e como ocorrem. Segundo o modelo Freeman-Perez:

[...] algumas novas tecnologias, após prolongado período de incubação e cristalização, oferecem tão amplo campo de oportunidades para novos mercados e novos investimentos lucrativos que, quando as condições sociais e institucionais são favoráveis, os empresários têm confiança suficiente para embarcar em uma onda prolongada de investimento expansivo. [...] (FREEMAN, 1988, p.10)

O que determina o processo de crescimento e desenvolvimento são as novas tecnologias, que criam novos campos e oportunidades de trabalho. Novos tipos de investimentos e mercados, que atraem os investidores e empresários a iniciarem este novo ciclo de crescimento de longo prazo. E o ambiente institucional contribui para o aparecimento desta nova tecnologia, e sua possível aplicação no ambiente econômico.

Nos anos 70, tivemos crises recorrentes que trouxe o interesse pelo estudo de ciclos de crescimento, como o estudo de Freeman e Perez. Então temos que períodos de crescimento constante dependem muito da confiança dos mercados, mais do que cálculos apurados sobre o retorno de investimentos. Assim, a tradição keynesiana a mudança técnica é importante, pois depende da confiança que se traduz em novos investimentos e ao crescimento. Os empresários levam em consideração o clima de confiança da economia, pois para investirem necessitam de uma perspectiva favorável ao seu investimento. Novas tecnologias podem gerar esta confiança necessária para um novo ciclo de negócios, pois abrem novas portas aos empresários. Segundo Freeman:

Contudo, devido à crucial importância da mudança técnica para o comportamento do investimento, o que é reconhecido por todas as escolas do pensamento econômico, é essencial examinar com mais profundidade a questão da influência da mudança técnica no estado de confiança e vice-versa. Algumas vezes, a mudança técnica surge para minar a confiança e a estabilidade, enquanto, em outras vezes, tem efeito oposto. Ao nível dos investimentos individuais em inovação, as descobertas de estudos empíricos de investimentos e avaliação de PeD são claras e virtualmente unânimes: elas embasam fortemente a visão de Shackle e de Schumpeter, de que o investimento em novos produtos e processos

tem um elemento de incerteza real – por definição, o resultado não pode ser conhecido. (FREEMAN; PEREZ, apud CONCEIÇÃO, 1996)

Assim, vemos como a mudança técnica tem importância na decisão de investimento dos agentes econômicos. Pois com novas tecnologias é possível termos novos negócios antes desconhecidos. É claro que temos a incerteza devido as novas tecnologias, que podem ter sucesso ou fracasso. Mas quando temos a confiança dos empresários, temos novos ciclos de crescimento e desenvolvimento.

A mudança técnica pode diminuir o nível de investimento, quando diminui a confiança pela incerteza. Assim, quando temos uma inovação técnica radical, teremos também muita incerteza e insegurança. Da mesma forma, quando o mercado reage e verifica os lucros gerados por esta “novidade”, temos um ciclo de confiança para novos negócios. E o ambiente institucional também se transforma pela melhora de sua estrutura de acordo com o novo tipo de desenvolvimento. Então temos a vinculação da inovação tecnológica com o suporte institucional.

Assim, temos a diferença entre os keynesianos e os neoschumpeterianos, os keynesianos desconsideravam as novas tecnologias e o ambiente institucional. Segundo Freeman:

Devemos considerar que análises e políticas keynesianas foram e são deficientes com respeito às mudanças de longo prazo na tecnologia, a seus efeitos na confiança nos negócios e na mudança estrutural na economia e aos investimentos específicos de infra-estrutura. Quase todos os modelos e análises macroeconômicas nekeynesianos estão restritas a aspectos puramente quantitativos do investimento e do emprego, enquanto Schumpeter corretamente insistiu na importância crucial dos aspectos qualitativos. (FREEMAN, apud CONCEIÇÃO, 1996).

A mudança estrutural da economia é importante, pois com as novas tecnologias temos novos aspectos institucionais e sociais. Assim, com a inovação tecnológica e o ambiente institucional adequada, temos novos ciclos de crescimento de longo prazo. A atividade econômica de longo prazo deve ser explicada por diversos fatores como a tecnologia, e o ambiente institucional. E temos o caráter cíclico do capitalismo, que sempre teremos crises e expansões econômicas, devido as mudanças tecnológicas e a mudanças institucionais que formam o paradigma tecno-

econômico. As mudanças institucionais são necessárias para se adequarem melhor as novas tecnologias, ao sistema de gestão econômico. (CONCEIÇÃO, 1996).

Assim, ao longo da história temos mudanças técnicas e estruturais, de acordo com o padrão tecnológico. As instituições evoluem e se modificam, se adequando ao novo e as novas formas da sociedade.

Segundo os regulacionistas, temos várias fases do capitalismo e suas regulações. Os regulacionistas consideram a duração do ciclo de crescimento de longo prazo, a harmonia entre o regime de acumulação e o modo de regulação. Os neoschumpeterianos consideram a tecnologia como mudança estrutural, tendo também a mudança institucional que vai permitir a propagação desta nova tecnologia.

4.3 MUDANÇAS NA TECNOLOGIA E NA ECONOMIA

As mudanças na economia ocorrem constantemente, e devido a estas mudanças temos novas formas de tecnologias aplicadas no processo econômico. Segundo Perez, as mudanças tecnológicas tem papel fundamental na economia. Assim, temos quatro conceitos: inovação incremental, inovação radical, novos sistemas de tecnologia e mudanças no paradigma tecno-econômico. Inovações incrementais são mais comuns, ocorrem sempre são inovações ligadas ao processo produtivo. Inovações radicais são mais raras, são geradas por pesquisa de universidades, governos, empresas e geram grandes mudanças no processo produtivo. Novos sistemas de tecnologia são mudanças que afetam ramos da economia, criando novos setores. O paradigma tecno-econômico afeta toda a economia. Segundo Perez:

Uma mudança desse tipo carrega consigo muitos grupos de inovações radicais e incrementais e pode, eventualmente, incorporar um número de sistemas de novas tecnologias. Uma característica vital desse quarto tipo de mudança técnica é que ele exerce efeitos disseminadores por toda a economia, isto é, ele não apenas conduz à emergência de uma nova série de produtos, serviços, sistemas e indústrias em seu próprio conjunto; ele também afeta, direta ou indiretamente, quase todos os outros ramos da economia, isto é, ele é um metaparadigma. (FREEMAN; PEREZ, apud CONCEIÇÃO, 1996).

Então o paradigma tecno-econômico é uma grande mudança na economia, que afeta a todos os setores, é uma grande inovação tecnológica. Que se dissemina por toda a economia, mudando a forma de organização das empresas e da sociedade.

Na mudança de paradigma para outro temos a presença de um key factor, é um insumo chave que é fundamental para o paradigma. Tem custo baixo e decrescente, grande disponibilidade e grande potencial de uso em vários produtos. Atualmente o chip da microeletrônica tem este papel. (Conceição, 1996).

O novo paradigma aparece num mundo dominado pelo antigo, que mantém sua dominância. Temos a mudança radical para o novo, assim se dissemina as vantagens do novo sobre o velho. Temos assim um novo modelo de investimento. E a reestruturação de toda a economia, o novo paradigma tecno-econômico envolve novas formas de organização das firmas, mudança na especialização da mão de obra, novos produtos e serviços. Também novos investimentos em infra-estrutura, novos padrões de consumo. Temos uma mudança geral na economia e na sociedade, afetando a todos, e uma mudança muito grande. Esta mudança do novo sobre o velho, afeta os aspectos institucionais, que criam um clima de confiança na economia e novos investimentos. Segundo Freeman:

Um clima de confiança para o surgimento de um novo investimento é criado através de uma combinação adequada de mecanismos regulatórios, que promove o pleno desenvolvimento do novo paradigma. Visto que a realização de um bom casamento é um processo assentado no conflito e seguido de forma bastante desigual em contextos nacionais, políticos e culturais diferentes, isto pode exercer considerável influência no padrão de transformação da liderança tecnológica internacional e sobre os padrões internacionais de difusão. (FREMAN; PEREZ, apud CONCEIÇÃO, 1996)

Assim, vemos que o desenvolvimento do novo paradigma cria um clima de confiança na economia. Pois temos novas expectativas, novos investimentos e principalmente novas oportunidades de gerar negócios. Os aspectos institucionais surgem como fator de mudança, se transformando e disseminando este novo paradigma, que afeta a toda a sociedade e a economia. Quem tiver os aspectos institucionais mais propícios a mudança, a inovação, pode liderar este processo de inovação econômica, difundindo mais rapidamente este novo paradigma tecnológico.

5 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: DOUGLASS NORTH

As instituições propiciam o desenvolvimento, assim é necessário compreendermos como a economia se modifica ao longo do tempo em cada localidade. Portanto, a estrutura econômica é importante para entendermos o passado, mas também para entendermos a mudança econômica. E a economia deve ser entendida através do tempo. Segundo North:

A theory of economic dynamics is also crucial for the field of economic development. There is no mystery why the field of development has failed to develop during the five decades since the end of world war II. Neoclassical theory is simply an inappropriate tool to analyze and prescribe policies that will induce development. (NORTH, 1994, p.359)

Assim, a dinâmica econômica é importante para o desenvolvimento. E a teoria neoclássica não traz políticas de desenvolvimento econômico.

As instituições formam a estrutura de incentivos da sociedade, e as políticas econômicas, determinam a performance econômica. Ou seja, as instituições moldam a estrutura da economia, e facilitam o desenvolvimento.

A sociedade, e as escolhas feitas pelas pessoas, são consequência de aprendizado através do tempo. E o conhecimento encontrado na economia, na sociedade são cumulativos e passados através de sua cultura. Segundo North: “[...]but the learning embodied in individuals, groups, and societies that is cumulative through time and passed on intergenerationally by culture of a society”.(NORTH, 1994, p. 360). Assim, vemos como o processo de desenvolvimento depende de cada lugar específico, de sua cultura de seus hábitos e padrão de desenvolvimento atual.

5.1 INSTITUIÇÕES E PERFORMANCE ECONÔMICA

A performance econômica de cada país, pode ser atribuída pelo seu desenvolvimento ao longo do tempo e de suas instituições. Assim, as instituições são formais (regras,

leis) e informais (convenções, culturas) e juntas suas características formam a estrutura de incentivos da sociedade e sua economia.

Instituições e a tecnologia usada determinam os custos de transação e de produção na economia. Somente sem custos de transação os agentes conseguem maximizar seus lucros. Como temos custos de transação, as instituições importam para a economia. Pois as instituições reduzem os custos de transação. Portanto as instituições não podem ser ignoradas em análises econômicas.

E as Instituições não são criadas para serem socialmente eficientes, mas sim para servirem a interesses, para quem ter poder de criar novas leis. Num mundo de transações com zero custo, o poder de barganha não afeta a economia, mas no mundo real afeta. Segundo North, *“In a world of zero transactions costs, bargaining strength does not affect the efficiency of outcomes; but in a world of positive transaction costs it does.”* (NORTH, 1994, p. 361). Assim, temos como os custos de transação afetam a economia, e como as instituições podem reduzir estes custos tornando a economia mais eficiente. E os modelos neoclássicos foram criados para uma economia totalmente livre de custos de transação.

A competição na economia faz com que se reduzam os custos de transação. O sistema jurídico atua de forma a regular os mercados. Mas a economia de mercado é imperfeita e baseada em altos custos de transação. As leis e as políticas públicas determinam os investimentos feitos pelas firmas, e não somente os mercados. Pois os empresários não pensam somente em como “maximizar” seu lucro, mas também como cumprir as leis vigentes no sistema.

Assim, o arcabouço institucional pode servir a economia de forma a facilitar os mercados a operarem. Mas também podem dificultar se tivermos leis antigas e políticos corruptos. Portanto, a base institucional é fundamental para entendermos a eficiência dos mercados e a performance econômica.

5.2 A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA ECONOMIA

A mudança institucional na economia é importante para o processo de desenvolvimento econômico. Na interação entre instituições e as organizações, se formam a evolução institucional na economia. Segundo North, *“If institutions are the rules of the game, organizations and their entrepreneurs are the players”*. (NORTH,1994, p. 361). Nas instituições temos as regras, e nas organizações e empregados os jogadores. Pois as organizações são feitas por pessoas, que querem atingir os mesmos objetivos. As organizações podem ser políticas, econômicas, comerciais, educacionais. Que surgem de acordo com a estrutura institucional da sociedade.

As instituições atuam como base e estrutura da economia. Se as instituições formam técnicos altamente qualificados, as empresas vão desenvolver alta tecnologia em suas empresas. De acordo com o quadro institucional vigente, teremos as empresas e organizações atuando da mesma forma. Portanto a interação entre instituições e organizações é importante e evoluem juntas na sociedade.

A economia muda de acordo com as ações das pessoas e das firmas. E é regulada pelos contratos, que asseguram o cumprimento das atividades. Mas novas formas de contratos são necessários, e temos de mudar as instituições. Pois as mudanças são necessárias, pois temos novas formas de regular a economia. E as mudanças ocorrem pois os indivíduos, verificam que podem fazer melhor com reestruturação de normas e leis. Segundo North: *“But the most fundamental long-run source of change is learning by individuals and entrepreneurs of organizations.”* (North, 1994, p.362). Então, a mudança mais fundamental segundo North é da aprendizagem dos indivíduos e da organização. Ou seja, a forma como trabalhar e gerenciar as organizações, a mudança nas rotinas de trabalho e na economia.

A concorrência entre as organizações vai gerar a busca pelo aprendizado. Pois somente com o aprendizado elas poderão sobreviver no mercado. É importante as mudanças nas instituições para facilitarem o conhecimento e o aprendizado nas firmas. Segundo North,

The speed of economic change is a function of the rate of learning, but the direction of that change is a function of the expected payoffs to acquiring different kinds of knowledge. The mental models that the players develop shape perceptions about the payoffs. (NORTH, 1994, p. 362).

Assim, temos que as mudanças econômicas ocorrem pela busca do conhecimento, da inovação, das vantagens de novas tecnologias. O retorno esperado do conhecimento adquirido, determina a velocidade da mudança econômica. Se uma empresa desenvolve um produto inovador, logo todos os concorrentes estarão em busca desta inovação. Portanto o conhecimento é fundamental no processo de mudança institucional, onde ocorrem as mudanças de acordo com o grau de conhecimento de cada economia e suas organizações. Portanto, as mudanças institucionais ocorrem de acordo com as mudanças tecnológicas, econômicas, de toda a sociedade.

5.3 AS INSTITUIÇÕES E O CONHECIMENTO

O conhecimento é crucial para as economias se desenvolverem. As economias que detém o conhecimento, se mantém a frente nos processos de mudanças tecnológicas. As mudanças na sociedade ocorrem de acordo com o conhecimento humano. As idéias, o conhecimento, ideologias, ajudam a entender o processo histórico de desenvolvimento. A teoria da escolha racional, assume que os indivíduos sabem exatamente o que é melhor, e fazem suas escolhas. Pode ser correto para indivíduos que fazem escolhas para mercados avançados na economia moderna, mas falso em mercados onde temos incerteza. São tantas as variáveis que teríamos que considerar que seria impossível termos a escolha racional.

As decisões de investimento são tomados sob a incerteza. As decisões são feitas através da experiência humana, de acordo com o processo de aprendizado do conhecimento. As escolhas são feitas através de informações passadas, então a experiência anterior importa. A cultura, as regras, o costume definem a tomada de decisão, todo o ambiente institucional implica na tomada de decisão dos indivíduos.

Todo o conhecimento que a sociedade tem em determinada época, todas as suas regras e costumes, vão determinar como os agentes econômicos se comportam. Suas decisões de investimento, poupança. E ao longo da história o ambiente institucional se modifica e afeta toda a economia. Com as mudanças tecnológicas, temos mudanças institucionais, regras mais modernos, costumes novos, novas rotinas.

Os países tiveram diversos tipos de cultura, e desenvolvimento. Com a especialização e divisão do trabalho, cada país teve uma forma de resolver os seus problemas econômicos de escassez. Segundo North,

The reason is that as the complexity of the environment increased as human beings became increasingly interdependent, more complex institutional structures were necessary to capture the potential gains from trade. (NORTH, 1994, p.363).

Assim, a complexidade da sociedade e das instituições afetam toda a economia e a sociedade. Pois as estruturas institucionais foram criadas para termos ganhos no comércio e na economia. E muda de país para país, pois cada um teve uma trajetória de crescimento distinta. E cada local teve o desenvolvimento de suas instituições ao longo dos anos. Não temos um modelo único de desenvolvimento, nem um modelo de instituições ideal que possa ser aplicada em qualquer local.

O conhecimento adquirido através do tempo é fundamental no desenvolvimento. As experiências adquiridas no passado que estão na cultura. Segundo North,

The key to the foregoing story is the kind of learning that the individuals in a society acquired through time. Time in this context entails not only current experiences and learning, but also the cumulative experience of past generation that is embodied in culture. (NORTH, 1994, p.364)

A cultura de cada país influencia seu grau de desenvolvimento, pois suas regras e tradições estão infiltradas na sua sociedade. Não podemos dissolver isto de sua economia, querendo implantar um modelo de desenvolvimento sem usar a cultura vigente no país.

It is culture that provides the key to path dependence-a term used to describe the powerful influence of the past on the present and future. The current learning of any generation takes place within the context of the perceptions derived from collective learning. (NORTH, 1994, p.364)

Assim, temos que o passado importa, pois tudo que a sociedade já viveu está sendo determinante para nosso futuro. É importante aqui salientar como podemos explicar a dificuldade de desenvolvimento de países emergentes e pobres. Pois devido a sua jovem caminhada como nação, tem pouca experiência como país e suas instituições. Mas também o conhecimento adquirido não é certeza que a sociedade resolverá problemas futuros. Pois não podemos ficar presos a crenças passadas, pois a sociedade moderna é complexa e muda constantemente.

O conhecimento adquirido da sociedade é usado de acordo com a cultura e as crenças vigentes. Pois em determinado tempo, pode ser mais importante o conhecimento militar, ou conhecimento científico. Depende de cada época na sociedade, e de cada sociedade e suas crenças e costumes. Segundo North,

The incentives to acquire pure knowledge, the essential underpinning of modern economic growth, are affected by monetary rewards and punishments; they are also fundamentally influenced by a society's tolerance of creative developments, as a long list of creative individuals from Galileo to Darwin could attest. (NORTH, 1994, p.364)

Então, a sociedade pode valorizar o conhecimento, a inovação tecnológica, dando incentivos as pessoas pesquisarem. O desenvolvimento depende de como atua esta sociedade, se incentiva seus pesquisadores de forma a manter a economia sempre atualizada, e também a inovando. O ambiente institucional favorável a pesquisa científica e priorizando os investimentos em tecnologia vão favorecer o processo de desenvolvimento.

A história é importante para determinar a performance econômica, pois as instituições e seus incentivos, suas crenças, determinam o desenvolvimento econômico. Pois a sociedade usa o conhecimento disponível e tenta sempre melhorar a economia, mantendo o que dá certo, e corrigindo os erros do passado.

5.4 COMPREENDENDO O PASSADO ECONÔMICO

No processo de desenvolvimento econômico é importante entendermos o passado econômico, como se deu o desenvolvimento das nações. Pois cada país está em um grau de desenvolvimento devido ao seu passado, a suas instituições criadas até o presente. Pois as instituições não são simplesmente criadas, passam por um processo histórico de evolução. Segundo North,

Creating the institutions that will alter the benefit/cost ratios in favor of cooperation in impersonal exchange is a complex process, because it not only entails the creation of economic institutions, but requires that they be undergirded by appropriate political institutions. (NORTH, 1994, p.365)

As instituições são criadas para termos melhores custos benefícios entre as pessoas e o comércio, mas também devem ser embasadas por instituições políticas. Pois não é possível simplesmente impor novas instituições em uma sociedade, mas deve ser um processo histórico com base no seu momento político e econômico.

Temos de analisar todo o processo histórico que ocorreu para termos uma noção do desenvolvimento. Como economias se desenvolveram e criaram instituições favoráveis ao seu crescimento. E o processo de mudança econômica depende também de mudança institucional, e novas tecnologias. Para alcançarmos o desenvolvimento temos uma trajetória histórica, e dependemos de novas instituições sociais e políticas para termos uma economia com baixo custo de transação, facilitando o comércio e a produção.

Para analisarmos a mudança econômica ao longo do tempo, no seu processo histórico, precisamos analisar aspectos institucionais. A performance econômica é dada pelas normas formais, normas informais, e pela execução destas normas. Uma economia que adotar as normas e regras de uma outra economia terá resultados diferentes, pois teremos regras informais diferentes e diferentes formas de execução. Segundo North,

The implication is that transferring the formal political and economic rules of successful Western market economies to third-world and Eastern European economies is not a sufficient condition for good economic performance. Privatization is not a panacea for solving poor economic performance. (NORTH, 1994, p. 366)

Então fica claro que não podemos importar modelos prontos de desenvolvimento de países desenvolvidos para países em desenvolvimento. Pois simplesmente não vai funcionar, pois o ambiente institucional é completamente diferente. Cada país deve ter seu ambiente institucional interno desenvolvido, e com base nele sua economia será também mais desenvolvida.

Estruturas institucionais mais flexíveis e modernas, que podem passar por choques e mudanças são parte de uma evolução das instituições. Mas é difícil como criar estas instituições pois são necessários vários anos para elas se desenvolverem na economia e na sociedade.

Assim, temos que o processo de desenvolvimento é longo e depende das instituições, de forma a termos um processo ao longo do tempo. Instituições modernas e flexíveis não são criadas simplesmente, mas fazem parte de um processo histórico, que depende das regras formais e informais de cada sociedade.

6 O NEO-INSTITUCIONALISMO

O neo-institucionalismo se preocupa com o passado histórico das instituições, com sua evolução ao longo do tempo. O estudo das instituições na economia não é novo, institucionalistas americanos já estudavam, principalmente Venblen seu fundador. Focavam na análise da importância das instituições e das mudanças institucionais. Também consideravam os mercados como instituições, constituídos em parte pelo governo. Segundo Hodgson, sobre a escola institucionalista americana,

[...] Another prominent theme in their writings is a notion of endogenous preferences: individual preferences cannot generally be taken as given but must be regarded as partly moulded by institutional and cultural circumstances. (HODGSON, 2009, p. 5)

Assim, temos que as preferências são moldadas pelo ambiente institucional. Não são apenas dadas, mas são fatores endógenos de acordo com suas instituições. Venblen também considera que a economia deve ser uma ciência evolucionária, seguindo os princípios de Darwin. Pois a economia evolui de acordo com suas instituições, a cultura e os costumes de cada país.

As instituições moldam o mercado, definem suas regras e leis. A alocação de recursos é dada pela sua estrutura institucional. Temos vários aspectos que interferem na economia além do mercado, a distribuição de poder, a estrutura de mercado com base em suas instituições, o conhecimento, distribuição de renda, alocação de recursos. Assim, atuando tudo isto conjuntamente e tendo impacto sobre toda a economia.

Segundo Hodgson, a Economia Institucional segue a antiga escola de Venblen, Commons e Mitchell, com estas características:

- (i) rejeição ao atomismo e reducionismo e incorporação de alternativas holísticas ou organísticas;
- (ii) invés do agente racional, calculista, da teoria neoclássica, o institucionalismo vê o comportamento humano como normalmente orientado por hábitos e rotinas, mas ocasionalmente pontuados por atos de criatividade e novidade;
- (iii) invés de um enfoque exclusivo no indivíduo como unidade de análise, o institucionalismo considera as instituições como unidades analíticas adicionais ou mesmo alternativas (self-reinforcing);

- (iv) a concepção da economia como um sistema aberto em evolução no tempo histórico, sujeito ao processo de causação cumulativa – ao invés dos approaches teóricos que enfocam exclusivamente a mecânica do equilíbrio;
- (v) o institucionalismo vê os indivíduos como situados ou moldados em uma cultura social evolutiva, tal que suas funções de preferência não são dadas ou fixas, mas integram um processo de adaptação contínua e mudança;
- (vi) a tecnologia é vista como evolutiva e como motivadora primária para o desenvolvimento sócio-econômico – o que contrasta com a estrutura teórica que toma a tecnologia como fixa e endógena;
- (vii) permanente inquietação com o papel e significado do poder e do conflito tanto entre indivíduos, quanto instituições na vida sócio-econômica;
- (viii) ao invés de uma estrutura “utilitarista”, que avalia o bem-estar social em termos de utilidade individual ou prazer, e separa considerações dos meios das dos fins, há um foco na identificação das reais necessidades humanas e no desenho das instituições que podem melhor representar sua identificação e clarificação (HODGSON, apud CONCEIÇÃO(2007), p. 631)

Assim, temos uma visão da economia diferenciada das teorias neoclássicas, uma visão mais de acordo com a realidade econômica. A economia numa visão mais geral, com um comportamento humano de acordo com sua realidade histórica. A evolução da economia é importante, pois são aspectos históricos ao longo do tempo que determinam como ela é hoje. A tecnologia tem papel importante, pois mantém a inovação na economia, sempre se modificando e evoluindo. As instituições atuam moldando a economia, sempre inovando e se modificando de acordo com a sociedade.

A economia é a evolução de suas instituições ao longo do tempo. Pois as instituições determinam as regras a serem seguidas pelos agentes econômicos. São vários aspectos que determinam como são as instituições hoje, e é muito importante o aspecto histórico. Pois temos uma longa evolução para chegarmos como é hoje a sociedade e suas instituições. Assim, também vemos que a economia está em constante evolução, pois as instituições se modificam se modernizam se transformam. Com estas mudanças, temos importantes modificações na própria economia. Também temos diferentes graus de desenvolvimento econômico devido aos diferentes graus de desenvolvimento de sociedades e suas instituições. Os neo-institucionalistas consideram mais os aspectos históricos e evolucionários, e as instituições atuando como base da economia, ditando as regras do mercado.

7 INSTITUIÇÕES, CAPITAL HUMANO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

7.1 CAPITAL HUMANO

Neste capítulo introduzimos alguns aspectos mais práticos da economia. Assim, vamos ver como o capital humano pode afetar o desenvolvimento econômico e as instituições.

Investir em capital humano é o esforço em melhorar a sua educação, sua capacidade de produção. O agente tem a expectativa que sua renda aumente com este investimento em educação, ou seja, investi na juventude para eu depois tenha sua renda aumentada ao longo da vida. Neste caso, a decisão de investimento é do agente, ou seja, depende de igualdade de condições para as pessoas. O marco institucional deve garantir a igualdade de condições para as pessoas terem acesso ao ensino, a melhora de sua técnica.

Nos países subdesenvolvidos temos baixa procura por capital humano, devido à falta de condições para o estudo e melhoria de produtividade. O retorno sobre o investimento em capital humano é maior para a sociedade que o investimento feito. Pois a acumulação de capital em uma economia gera externalidades positivas.

Segundo Barros,

Dessa forma, à medida que vai ocorrendo um crescente acúmulo de capital humano em dada sociedade, os retornos aos investimentos em formação desse capital também irão se elevar, uma vez que os efeitos externos vão aumentando. Vêm-se aqui, os ganhos crescentes em escala, no que diz respeito ao acúmulo de capital humano, que pode chegar a dois equilíbrios possíveis: um subdesenvolvido, no qual há reduzido estoque de capital humano e baixas taxas de investimento nesta forma de capital; e outro desenvolvido, com taxas de retorno ao capital humano altas e, possivelmente com estoque de capital crescente. (BARROS, 2007, p. 131).

Assim temos, que quanto maior o investimento em capital humano, maior é o retorno para a sociedade. Pois com o acúmulo de conhecimento, temos o desenvolvimento constante de conhecimento na sociedade.

Quando temos pouco investimento em capital humano, teremos também pouco investimento em capital físico, pois são complementares. Assim, acabamos tendo uma baixa taxa de crescimento econômico.

Nos países subdesenvolvidos temos baixo estímulo ao investimento em capital humano. Pois os investimentos de hoje em educação, teremos o retorno amanhã deste valor no futuro, mas nem sempre acontece. Segundo Barros,

Um exemplo claro desse fato é a superinflação brasileira que marcou os anos 80 e início dos 90; ao serem elevados os retornos dos serviços financeiros, os setores ligados a esses serviços obtiveram ganhos acima da produtividade marginal, que seria correspondente a este agente em uma economia com um mercado perfeito. Entretanto, como lado real das empresas tornou-se secundário no processo de geração de renda, engenheiros e técnicos formados obtiveram ganhos inferiores à sua produtividade marginal, em condições de mercado perfeito. Observa-se, aqui clara distribuição de renda decorrente de um desequilíbrio da economia, que acaba por alterar, inclusive, a escolha profissional dos agentes dessa economia. (BARROS, 2007, p. 132).

Neste caso, os aspectos institucionais (alta taxa de inflação), acabaram com os incentivos à educação em setores importantes, pois o retorno seria inferior ao investimento feito.

Em países subdesenvolvidos, temos um arranjo institucional que faz com que a economia não seja eficaz. Ou seja, temos uma divergência entre taxa de retorno e a produtividade dos fatores, e baixo estímulo ao desenvolvimento de capital humano. Portanto fica claro, que as instituições podem estimular o desenvolvimento através da educação, e a melhoria do capital humano de uma nação.

7.2 RENT-SEEKING

O rent-seeking ocorre principalmente em países subdesenvolvidos, pode ser considerado mais facilmente encontrado em economias com instituições falhas. Rent-seeking é quando as pessoas se apropriam de determinada parcela de renda da sociedade, sem terem produzido nada, (Souza, 2009). O que acontece é que a renda de setores da economia acaba sendo menor, o retorno ao investimento também é menor. Então, a economia perde eficiência, pois os fatores são alocados de forma ineficiente.

O rent-seeking pode ter um custo alto de implantação, mas quando já implantado gera renda para aquele grupo sempre. Como uma lei aprovada para um segmento da sociedade, pode ser difícil de aprovado no congresso, mas depois os ganhos deste segmento ficam sendo constantes. Segundo Barros,

Um sistema legal burocratizado, complexo, requer expressivo de advogados e despachantes que fazem uma série de serviços (e, portanto, recebem renda), os quais poderiam ser dispensados, caso o sistema fosse simplificado. Tome como exemplo os cartórios, que são instituições presentes nos países de tradição ibérica, mas quase inexistentes em países desenvolvidos. (BARROS, 2007, p. 131).

Assim, temos que esta renda apropriada na economia causa ineficiência a diversos setores. Pois, temos custos mais altos nesta economia, e maior burocracia nos processos. Portanto instituições eficientes são fundamentais para economias modernas, para termos custos reduzidos, e maior facilidade no fluxo de transações desta economia.

Os indivíduos tendem a investir profissionalmente em carreiras que terão maior retorno financeiro. Em economias modernas, as pessoas investem em seus negócios, montam empresas. Já em economias burocratizadas, o melhor negócio é ser advogado, entender das leis altamente burocratizadas. Nestas economias muito regulamentadas, com alta relação de advogados/engenheiros tem menor taxa de crescimento econômico. Ou seja, a escolha dos talentos desta economia impacta no nível de crescimento dela. (MURPHY; SHLEIFER E VISHNY, apud BARROS, 2007, p. 134).

No caso do Brasil, tivemos que devido à grande inflação o mercado financeiro tinha grandes lucros, que fez com os engenheiros trabalhassem na bolsa de valores. Então estava se subtilizando a mão de obra, e temos perda de eficiência econômica.

A corrupção também é um caso rent-seeking, pois é uma transferência de renda para agentes não produtivos. E causa perda de produção para as firmas, pois temos custos mais altos devido a necessidade de pagar políticos, fiscais, agentes corruptos. As sociedades que tem instituições fracas, que toleram estes casos de rent-seeking, apresentam menor eficiência econômica e também menor taxa de crescimento econômico. Assim, fica claro que instituições fortes, com regras claras e que sejam cumpridas, são essenciais para o bom funcionamento de uma economia.

7.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO

A educação tem papel considerável no desenvolvimento econômico, pois para termos instituições fortes e mercados bem regulados, é necessário termos um bom grau de educação da população, que se mostra como capital humano.

O capital humano é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico. E não é possível acumular mais deste capital que nos anos de estudo, trabalho e experiência de cada pessoa. E, sociedades com alto grau de capital humano, têm melhor distribuição de renda, também um maior mercado consumidor.

Segundo Barros,

Ocorre que há forte complementaridade entre capital físico e humano, pois ambos são indispensáveis ao processo produtivo. Não se pode investir em informatização, sem que haja técnicos competentes para programar e controlar o sistema, por exemplo. Voltemos à Índia: existe uma escassez relativa de capital físico, mas existe escassez relativa de capital humano. Uma firma americana pode até querer investir na Índia, mas, para isso, terá também que investir na formação de capital humano, o que poderia vir a ser tão dispendioso a ponto de desestimular o investimento. (BARROS, 2007, p. 136).

Assim, fica claro que o capital humano é fator necessário para o processo de desenvolvimento. E que em países subdesenvolvidos ainda é uma fator muito escasso, pois o ensino é muito restrito e caro. É necessário instituições fortes, que ajudem no processo de melhoria da qualidade de ensino nestes países. Pois só assim poderemos ter um processo constante de desenvolvimento econômico.

O capital humano é necessário tanto como o capital físico. Pois não adianta termos o investimento grande das empresas em capital físico, sem termos pessoas capazes para operar os equipamentos, desenvolverem novos produtos, gerenciarem as empresas. Temos uma diferença na produtividade marginal do capital físico entre países ricos e pobres, pois nos países pobres o capital físico não terá a complementaridade necessária do capital humano. Então o investimento em capital humano é fundamental nos países em desenvolvimento, é necessário a atuação do governo neste setor, ampliando os investimentos em educação.

8. O CASO BRASILEIRO

Neste capítulo vamos analisar o caso brasileiro, pois é importante discutirmos as instituições em nosso país. Tendo em vista que o Brasil continua perseguindo o desenvolvimento econômico, é importante inserimos o país no contexto do trabalho.

Assim teremos a evolução das instituições no Brasil, o papel do governo no desenvolvimento, o ambiente institucional nos anos 80 e 90, a política industrial brasileira, o ambiente institucional brasileiro. Com este capítulo avançamos na discussão das instituições, com o foco no caso brasileiro. E poderemos compreender melhor a teoria institucionalista mais aplicada a um caso específico, o Brasil. Fica claro, que nosso país ainda não adquiriu a maturidade de um país desenvolvido, assim manteremos aberto este debate de como poderemos chegar um dia a este sonhado desenvolvimento econômico.

8.1 INSTITUIÇÕES NO BRASIL

As instituições no Brasil tiveram um processo de amadurecimento ao longo das décadas, vamos analisar este amadurecimento das instituições. O processo de substituição de importações no Brasil possibilitou o desenvolvimento de uma indústria nacional. Mas esta estrutura industrial não teve o adequado ambiente institucional nacional. Segundo Conceição,

O choque adverso ocorreu mediante a implantação de uma estrutura industrial baseada nas formas de desenvolvimento capitalista concebidas nos países centrais, sem criar condições à implantação de um ambiente institucional, capaz de fazer frente às pesadas e profundas transformações estruturais desencadeadas pela inédita estrutura produtiva industrial. (CONCEIÇÃO, 2002, p.181)

Assim, temos que a indústria brasileira foi instalada com equipamentos importados, e com estrutura dos países desenvolvidos. Mas nosso ambiente institucional continuou o mesmo, sem sofrer alterações.

O Estado teve papel ativo na economia, atuando para suprir a falta de instituições. O governo Vargas, assumia o papel de desenvolvimento, fomentando a industrialização do Brasil, através do processo de substituição de importação. Segundo Conceição,

Do ponto de vista tecnológico, o processo de substituição de importações, desde sua origem até o início dos anos 50, criou no País um desenvolvimento industrial caracterizado por reduzido grau de sofisticação tecnológica, onde simplesmente se importava tecnologia, que era incorporada aos bens de capital. A partir dos anos 50 [...] iniciou-se a montagem de setores de maior complexidade tecnológica, como bens de consumo duráveis e intermediários, em um estágio de base tecnológica mundial mais avançado. (CONCEIÇÃO, 2002, p.182)

A industrialização brasileira foi um processo de importar indústrias e implantar no país. Mas o ambiente institucional era o mesmo antes da industrialização. Portanto não se criou tecnologia no país, apenas importamos tudo pronto, não tivemos um processo de desenvolvimento. Segundo Conceição,

Essa opção industrializante talvez tenha gerado alto custo, que está sendo pago nos dias de hoje. Faltou, em todo processo, o firme propósito de se perseguirem, permanentemente, inovações tecnológicas, no sentido neo-schumpeteriano do termo, revelando importante deficiência institucional da economia brasileira. (CONCEIÇÃO, 2002, p.183)

Portanto foi um processo que criou a indústria nacional, mas não criou o ambiente institucional adequado. Não tivemos investimento em tecnologia, em inovações, continuando o Brasil um país atrasado economicamente. Pois simplesmente importamos máquinas e equipamentos, mas não desenvolvemos ciência e tecnologia.

Posteriormente, no Plano de Metas temos reformas institucionais importantes. A economia brasileira teve mudanças estruturais, como abertura econômica, concorrência competitiva, integração internacional. Tivemos medidas importantes, como a criação da Petrobras, do BNDE.

O Plano de Metas teve amparo de um aparato institucional criado para o sustentar. Segundo Conceição,

Tal foi a função da Comissão Mista Brasil-EUA, que ao criar o BNDE, forneceu uma nova dimensão ao planejamento de longo prazo da capacidade produtiva

nacional. A criação de fundos constitucionais - definidos como “[...] a porção de receitas públicas legalmente destinadas para propósitos específicos” (Castro, 1997, p.196) – foi decisiva para a modernização institucional do país, pois dotou-o de mecanismos capazes de substituir a escassez de capital e a ausência de instituições de suporte de planejamento econômico de longo prazo. (CONCEIÇÃO, 2002, p.184)

Assim, vemos como foi importante o Plano de Metas, pois tivemos um planejamento de longo prazo para economia brasileira. E o ambiente institucional do país foi modernizado de forma a dar sustentabilidade ao projeto econômico. Tivemos uma grande evolução na economia e nas instituições do Brasil.

Os projetos industriais foram financiados por fundos públicos, e eram atividades inexistentes no país. Assim, tivemos uma maior integração nacional, e tivemos um perfil novo produtivo no país. A intervenção do Estado na economia foi fundamental para alavancar novos setores econômicos e diversificar a matriz produtiva.

8.1.1 O PAPEL DO GOVERNO NO DESENVOLVIMENTO

O Estado teve papel ativo no processo de melhoria de nossas instituições. Através de nossas estatais o governo dinamizou o processo de crescimento econômico. As estatais se estabeleceram no país nos anos 40, e deram uma dinâmica própria a economia brasileira. Segundo Conceição,

Nestes, as estatais exerciam a função de liderar ou agir como pioneiras em novas atividades, implementando megaprojetos, geralmente com o aporte de abundantes recursos financeiros, adotando, no desenvolvimento de suas atividades, um processo de tentativa e erro, através do qual se introduziam novas tecnologias e novos arranjos organizacionais. (CONCEIÇÃO, 2002, p.185)

Portanto, as estatais tinham capital público, mas uma administração mais dinâmica com tomada de decisões mais rápidas. E atuaram, de forma termos investimentos em setores ainda não estruturados. Estes investimentos necessitavam de muito capital e envolvia riscos, e portanto somente com o uso das estatais tivemos estes investimentos. E também atuaram no processo de desenvolvimento do país.

As estatais operavam sem setores importantes da economia, e atuavam como inovadoras dentro de seus setores econômicos. Segundo Conceição,

Elas introduziram no país conceitos e rotinas, associados a um padrão de gerenciamento, que implicava aplicação de lucros na expansão e na diversificação das operações. Esse aspecto, além de promover o crescimento, criou uma certa independência em relação ao Estado, derivando crescente profissionalismo praticado pelas empresas estatais, resultante da própria maturação da moderna estrutura industrial. (CONCEIÇÃO, 2002, p.186)

Assim, as estatais tiveram papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, pois fizeram investimentos em setores estratégicos que não eram atingidos pelo setor privado. E estes investimentos davam nova estrutura a economia brasileira, motivando também investimentos do setor privado.

No ano de 1976, devido à crise do Petróleo e ao esgotamento do padrão de acumulação do milagre econômico, o governo utilizou as estatais para captar recursos e reduzir problemas macroeconômicos. Estas perderam a sua autonomia, e tornaram-se simples mecanismos de ajustes macroeconômicos. Segundo Conceição, “Isso evidenciou o fim de uma era, interrompendo não apenas um “processo evolucionário”, mas destruindo as convenções que delineavam o comportamento microeconômico dos agentes e o conseqüente animal spirit de uma época.” (Conceição, 2002, p.187).

Portanto, vemos como as estatais tiveram papel ativo no processo de desenvolvimento do Brasil. Mas depois, perdeu-se sua autonomia e voltou a ser um órgão do governo, simplesmente atuando em políticas de austeridade fiscal e controle da contas públicas já deterioradas pelo choque do petróleo.

Assim, o papel do Estado na economia foi importante para desenvolver inovação, setores estratégicos, e termos um ambiente institucional propício ao investimento e desenvolvimento. O Estado supriu a falta de um ambiente institucional propício a estes setores estratégicos de desenvolvimento.

8.1.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL DOS ANOS 80 E 90

Nos anos 80, o Brasil necessitava melhorar seu ambiente institucional, pois o modelo antigo de desenvolvimento já estava ultrapassado. Na década perdida tivemos muita dificuldade econômica, era necessário um novo ambiente institucional. Era necessária novas regras, pois o modelo de industrialização estava esgotado. Segundo Conceição,

Faziam-se necessárias novas “regras domésticas” de competitividade de caráter mais empresarial, face ao claro esgotamento da ação do Estado – herdado do paradigma tecnológico em massa -, de forma a viabilizar a reinserção nacional ao novo paradigma. (CONCEIÇÃO, 2002, p.189).

Portanto, o Brasil tinha esgotado um modelo de industrialização e necessitava de novo ambiente institucional, voltado para um novo tipo de industrialização, ou seja, um novo paradigma.

No final dos anos 70, tivemos piora das condições de estabilidade e crescimento da economia. Foram tomadas decisões ortodoxas que mantiveram a economia estagnada e com inflação alta durante os anos 80 até 86, quando tivemos tentativas heterodoxas de controle da inflação. Conceição,

O fracasso do Plano Cruzado revelou que nem mesmo um confiável programa governamental de estabilização pode ter sucesso se não houver a criação de um ambiente institucional capaz de sobreviver e evoluir sem a presença da componente inflacionária. (CONCEIÇÃO, 2002, p.190)

Assim, temos que o ambiente institucional é fundamental para termos uma economia sólida, com bons fundamentos macroeconômicos, e com controle de inflação. O Brasil não conseguiu controlar a inflação nos anos 80, por falta deste ambiente institucional, que serve de base para economia.

No plano Collor, tivemos um bloqueio de liquidez na economia, que se mostrou totalmente ineficaz. Desta forma, a política econômica já caía em descrença devido a sucessão de tentativas frustradas de controle inflacionário.

Assim, não tivemos criado um ambiente institucional para estabilização, mas tivemos importantes mudanças na regras da economia. Tivemos, uma abertura econômica, e privatização das empresas estatais. Conforme Conceição,

O “ambiente econômico abertamente hostil” dos anos 90 imprimiu “novas” condições de concorrência, explicitando a falência das regras de competitividade

do modelo de substituição de importações. Marcou também o fim das “convenções” da concepção de crescimento e estabilidade da industrialização acelerada do período 1950-80. Em realidade, os anos 90 explicitaram a “inserção” da economia brasileira no contexto do Consenso de Washington, que exigiu - e continua exigindo – a construção de “instituições” nacionais, opostas à tradição substitutiva de importações e compatíveis com o “novo” padrão competitivo, em substituição ao Estado-produtor-empresário. (CONCEIÇÃO, 2002, p.191)

Portanto nos anos 90, tivemos reformas importantes no ambiente institucional brasileiro. A abertura comercial, o processo de privatizações, funcionaram como uma ruptura com o antigo modelo de desenvolvimento, que já dava sinais de esgotamento. O Estado tem papel menor na economia, e temos maior participação do setor privado, com uma modernização da economia nacional. Portanto temos um novo ambiente institucional, como novas normas para estabilização e crescimento do país.

Assim, tivemos que a falta de instituições que conseguissem unir crescimento com estabilidade mostrou dificuldades estruturais da economia. Não conseguimos ter um crescimento sustentável, e a hiperinflação despontou como única saída da crise. Tivemos apenas medidas de controle de inflação de curto prazo, tentando impedir unicamente a escalada da inflação. Mas não tivemos políticas estruturais de mudanças da economia, estava acabando o estado desenvolvimentista brasileiro.

Segundo Castro, “O estado permaneceu grande, mas acéfalo e impotente. As empresas estatais perderam sua orientação empresarial e relativa autonomia, sendo transformadas em instrumentos de política macroeconômica de baixa eficiência” (Castro, 1997, p.206, apud Conceição, 2002, p.192).

Não tínhamos o ambiente institucional adequado para as mudanças que estavam ocorrendo na economia brasileira, e acabara a “era desenvolvimentista” da economia brasileira. O Estado perdeu o foco no desenvolvimento, e tentava inutilmente políticas de combate a inflação.

As empresas estatais que antes eram agentes ativos de desenvolvimento perderam seu caráter desenvolvimentista, eram estruturas grandes e sem eficiência econômica. Tínhamos a completa desestruturação da economia brasileira, com a desmontagem do Estado Brasileiro. Segundo Castro,

Depois de vinte anos de uma crise desestruturante, a economia brasileira regressou a um estágio de subdesenvolvimento que estava na iminência de

superar em 1980. O gap tecnológico médio entre o Brasil e as economias avançadas ampliou-se em um espectro de atividades industriais e de serviços. Domesticamente, o gap entre as empresas que tentavam acompanhar o vertiginoso ritmo de transformações tecnológicas e organizacionais, que surgiram internacionalmente nos anos 80, e as que ficaram à margem desse processo tem crescido enormemente, exacerbando a heterogeneidade estrutural da economia como um todo. (CASTRO, apud CONCEIÇÃO, 2002, p.193).

Portanto, temos que as empresas brasileiras perderam competitividade internacionalmente, não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas ocorridas neste período. Ficamos com uma matriz produtiva relativamente defasada em relação ao exterior.

Principal tarefa do Plano Real foi dar estabilidade econômica para voltarmos a ter planejamento de longo prazo na economia. E também propiciar um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento, é um caminho que estamos trilhando em busca de um crescimento sustentado de longo prazo.

8.2 INSTITUIÇÕES E POLÍTICA INDUSTRIAL

A política industrial é crucial para o desenvolvimento econômico, mas é necessário termos um ambiente institucional propício a esta política.

No Brasil, se tem dificuldade de implantar políticas industriais, devido aos arranjos institucionais antigos do país. Ocorre que o ambiente institucional é antigo, ligado a uma prática antiga de se fazer política industrial. Segundo Suzigan,

O envelhecimento decorre do fato de que esse arranjo ainda está, em boa parte, preso a uma prática antiga de se fazer política industrial e tecnológica. Muitas instituições são remanescentes e mantêm as mesmas práticas da organização institucional construída ao longo do período pós-guerra, em que a política industrial buscava internalizar setores sob um regime de forte proteção, subsídios e decisões centralizadas. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.25)

Assim, vemos que as instituições no Brasil tem formato antigo, dificultando processos de inovação na indústria brasileira. É difícil termos políticas industriais voltada para inovação, alta tecnologia, empreendedorismo. Temos um excesso de burocracia e uma máquina estatal pouco dinâmica, face as rápidas mudanças decorrentes da economia moderna.

A indústria hoje é competitiva internacionalmente, com inovação, muito conhecimento, ágil e moderna. As instituições da área industrial e tecnológica não evoluíram, pouco se renovaram, assim ficam defasadas diante dos novos desafios industriais. O arranjo institucional de política industrial é inadequado. Temos número excessivo de órgãos, sem capacidade de gerir recursos, com uma administração de instrumentos ineficiente, e quadro técnico reduzido e desqualificado. Então, é necessário uma reforma institucional, para termos uma política industrial e tecnológica eficiente.

Mas temos dificuldade de implantarmos uma reforma nas instituições ligadas a política industrial e tecnológica. São dificuldades técnicas e políticas, segundo Suzigan,

A primeira em dotar as instituições de uma visão moderna de política industrial, bem como de funções claramente definidas no sistema institucional da área, instrumentos correspondentes, recursos adequados e um quadro técnico estável bem treinado e qualificado para as respectivas funções. [...] a dificuldade maior é política. Muitas instituições transformaram-se em instrumentos de acordos políticos, desvirtuando suas funções. São também comumente capturadas por interesses burocráticos ou corporativistas que resistem a qualquer proposta de reforma[...] (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.26)

Portanto é difícil fazermos uma reforma nas instituições brasileiras, pois temos interesses políticos por trás destas instituições. Faltam, pessoal técnico qualificado e bem remunerados, e sobram políticos sem qualidade de gestão pública. Assim, são instituições burocráticas, sem capacidade de inovar e gerir políticas públicas de qualidade.

A gestão da política industrial deve ser feita com base nas relações entre o governo e o setor privado. Pois o setor privado é o maior interessado nestas políticas. Definir a instituição coordenadora da política é difícil: pois seria que tipo de instituição, ligada a qual órgão do governo, com que tipo de articulação com o setor privado.

8.2.1 A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA POLÍTICA INDUSTRIAL

A mudança institucional na política industrial é fundamental para o desenvolvimento econômico. Pois é necessário, instituições que fortaleçam o processo de inovação tecnológica na política industrial.

As instituições são todas as normas e regras que norteiam a economia. São as regras do jogo. É esta estrutura institucional que dita o desempenho da economia, pois o bom funcionamento da economia depende de boas instituições.

Portanto é necessário termos política industrial ligada a políticas macroeconômicas, como metas, regulamentação, investimento em infra-estrutura. Tudo isto, com sintonia com a política industrial, organizando as instituições para ajudarem no processo da estratégia adotada.

Segundo Suzigan,

A política industrial constitui, em vários sentidos, uma ponte entre o presente e o futuro, e entre as estruturas e as instituições que existem e aquelas que estão em processo de constituição e desenvolvimento. Ela pode constituir um instrumento importante para lidar com as incertezas, mas não é capaz de removê-las inteiramente. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.30)

A política industrial é importante para articular o governo em torno de um objetivo comum, articulado com as instituições e fomentar o desenvolvimento do país. É importante uma estabilidade macroeconômica e política, para termos condições de planejamento de políticas industriais de longo prazo.

As metas são fundamentais para uma política industrial focada na inovação e novas tecnologias. Pois com metas podemos alcançar o uso de novas tecnologias que demorariam muito a se desenvolver, e assim teremos maior eficiência industrial.

A política industrial centrada no desenvolvimento, depende de muitos aspectos, de normas e regulamentação. Segundo Suzigan,

São esses mecanismos de implementação da política que criam o padrão de sinais econômicos, regulam os incentivos e restrições à inovação e tornam possível sintonizar as ações das empresas, na sua busca por lucratividade, aos objetivos da política industrial, que procura promover o desenvolvimento e a competitividade. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.31)

Portanto, uma política industrial bem articulada é necessária para facilitar o desenvolvimento do país, através do uso de novas tecnologias e inovação. É necessário administrar os instrumentos como: financiamento, incentivo fiscal, defesa comercial, para estar alinhado à política industrial.

A infra-estrutura também é importante para estratégia de desenvolvimento. Pois ela deve ser uma externalidade positiva, e não um bloqueio ao desenvolvimento. É necessário serviços eficientes de infra-estrutura que facilitem as empresas a investirem na produção, e inovação de suas firmas.

As instituições são fundamentais para uma política industrial eficiente. Segundo Suzigan,

De um lado, instituições públicas coordenadoras e executoras, de outro, entidades representativas das empresas e de outros grupos de interesse envolvidos. Quanto às instituições públicas, é preciso que o sistema institucional seja articulado, ágil e norteado por uma visão comum dos objetivos da política industrial. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.33)

O sistema institucional deve ser bem articulado, para implementar a política industrial. Assim, as entidades públicas e privadas devem atuar em conjunto para alcançar os objetivos da política industrial.

8.2.2 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

O Brasil tem muitos desafios pela frente, um deles é termos política industriais condizentes com o grau de desenvolvimento de nosso país. As políticas industriais têm o papel de construir o futuro para a economia, fomentar o desenvolvimento econômico. Segundo Suzigan,

A institucionalidade da política industrial brasileira deve, necessariamente, ser pensada para os desafios do desenvolvimento do Brasil, inserido neste processo. Ele reforça a necessidade de deslocar a ênfase do desenvolvimento para os novos espaços, integrados, que vinculam a economia nacional à internacional. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.56)

Portanto, necessitamos de uma política industrial nova, que fomente os setores estratégicos da economia. A indústria brasileira foi criada com amparo institucional adequado para a época. Necessitamos criar novos mecanismos institucionais

adequados para a economia atual, onde a inovação é fundamental no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento brasileiro foi feito através da substituição de importações, que foi importante para a diversificação de nossas exportações. Mas é necessário desenvolvermos um novo ambiente institucional, voltado para os aspectos atuais. Segundo Suzigan,

Mas o sucesso das instituições do período pretérito está longe de assegurar qualquer uma das empreitadas do futuro próximo. Os novos desafios possuem natureza substancialmente distinta daqueles que nortearam a industrialização brasileira e asseguraram uma estrutura produtiva ampla e diversificada. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.58)

O Brasil teve sucesso no modelo de substituição de importação devido às instituições criadas para este modelo. Mas agora é necessário mudarmos este ambiente institucional de forma a concorrermos com as economias do resto do mundo, pois temos um mundo dinâmico e altamente competitivo.

Um desafio importante é da infra-estrutura brasileira, que temos muito a avançar ainda. Pois temos gargalos importantes em transporte, segurança, energia. É necessário muito investimento, para termos uma economia competitiva no cenário internacional. Pois todos esses gargalos, tiram a eficiência de nossas empresas e aumentam seus custos, ficando difícil concorrer no mercado internacional.

Também é importante dar um novo dinamismo a indústria, na capacidade de criar oportunidades, e produzir produtos e serviços novos e inovadores. Pois produzir lucros e crescer constantemente é difícil, portanto as firmas tem que inovar constantemente, abandonando rotinas e fazendo mudanças.

Segundo Suzigan,

A passagem de um estágio de esforços tecnológicos localizados e episódios inovativos pontuais para uma trajetória consistente e continuada de inovações é um processo complexo e difícil. O primeiro passo consiste na formulação de uma estratégia empresarial com componentes regulares, sistemáticos, de inovação. [...] Uma das dificuldades maiores da implantação desta estratégia consiste, precisamente, na necessidade de mudanças que ela impõe às áreas tradicionais e mais consolidadas. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.62)

Assim, temos que o processo de inovação é de difícil implementação, mas necessário ao desenvolvimento. Portanto, um ambiente institucional que facilite a inovação, o desenvolvimento de novas tecnologias é fundamental.

Também temos a incerteza nos processos inovativos, pois o resultado final é totalmente desconhecido. Portanto, temos riscos maiores envolvidos no processo produtivo. O desafio é estruturar este processo com mecanismos que transformem a incerteza em possibilidades de resultado, e os riscos devem ser minimizados ao longo do tempo.

O Brasil necessita de uma política industrial mais ativa, que ajude as empresas brasileiras a competir nos mercados internacionais. Pois, atualmente a competição é muito grande, com países como a China, crescendo rapidamente e dominando o comércio internacional. Segundo Suzigan,

Uma alternativa a este processo consistiria em um processo mais ativo de política industrial, tecnológica e de inovação voltado para a estruturação de elos dinâmicos e consistentes entre as atividades industriais e de serviços avançados e as atividades de exportação de commodities e de seus desdobramentos diferenciados. Essa política poderia financiar a formação de redes de competências tecnológicas para que as cadeias produtivas se tornassem cada vez mais baseadas em conhecimentos e fossem efetivamente sustentáveis – quer seja em termos competitivos, quer seja em termos socioambientais. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.66)

Portanto, é necessário um ambiente propício a inovação, a alta tecnologia. E as políticas industriais devem contemplar o desenvolvimento de setores ligados a inovação tecnológica. Pois o Brasil exporta muita matéria-prima para a China, mas pouco exporta tecnologia. E todo este dinheiro que entra no país pela venda de commodities, mantém o câmbio muito valorizado e atrapalha as exportações. Portanto, fica claro que necessitamos de medidas específicas para termos o desenvolvimento de inovação, tecnologia em nosso país.

Segundo Suzigan,

Diferentemente da eficiência, que está ligada a certa dimensão de capacidade (de produção), a inovação possui custos fixos (afundados) que só podem ser ressarcidos numa operação de larga escala e por intermédio de um fluxo regular de novos produtos ou de versões aperfeiçoadas. O mercado brasileiro possui dimensões bastante expressivas, quando comparado com o de outros países, incluindo alguns de grau de desenvolvimento superior, mas, por mais que essas dimensões sejam relevantes, ele representa 1-2% do mercado mundial. Potencialmente, produtos inovadores podem conquistar mercados que seriam 50

ou 100 vezes maiores do que o exclusivo mercado brasileiro. (SUZIGAN, FURTADO, 2007, p.69)

Portanto, o Brasil participa pouco do comércio internacional. E a inovação ajudaria o Brasil a conquistar novos mercados, e conseqüentemente diluir os custos de desenvolvimento de inovação. Os custos de se criar novos produtos e os esforços em inovação, seriam diminuídos pelo aumento do mercado consumidor, e teríamos condições de alcançar bons níveis de rentabilidade.

O Brasil precisa superar as deficiências em infra-estrutura, principalmente energética; desenvolvimento de inovação e novas tecnologias; e antecipação do processo de internacionalização das empresas, estes são os desafios de uma política industrial brasileira que deve ser implantada.

8.3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL BRASILEIRO

As instituições no Brasil não funcionam adequadamente, devido ao forte caráter burocrático e falta de eficiência no setor público. O Estado brasileiro arrecada muito com impostos e não investe adequadamente na economia. Assim, o Brasil tem dificuldade de desenvolvimento econômico, devido a falta de investimentos do setor publico, principalmente em setores estratégicos como infra-estrutura.

Devido a muitos escândalos de corrupção no Brasil, as instituições políticas não tem legitimidade perante a sociedade. Pouco se acredita na classe política, e temos muita corrupção que torna nossas instituições incipientes.

O sistema jurídico também é falho, sendo muito lento e pouco eficaz. O acesso a justiça também não funciona adequadamente, sendo os mais ricos amparados pelos seus advogados e os pobres à margem do sistema judiciário. O excesso de leis, e normas também acaba sendo ineficaz, pois poucos entendem o sistema jurídico, ficando a mercê de juízes e advogados.

O Brasil não tem costume, regras e leis sólidas. Pois sempre tenta-se burlar as leis, sendo o principal característica brasileira o “jeitinho brasileiro”, onde tenta-se buscar solucionar os problemas sem respeitadas as leis e normas vigentes.

Na Economia também temos muita ineficiência com alto custo Brasil. O mercado não funciona adequadamente, pois também as leis e regras tributárias são extensas, antigas e de difícil apreciação. A maioria das empresas tentam burlar regras para pagar menos impostos, sendo que as que pagam em ordem sofrem concorrência desleal do “mercado cinza”, ou seja, das empresas sem regulamentação.

O ambiente institucional brasileiro também pouco incentiva a inovação, pois ainda temos pouco investimento em inovação e tecnologia. Muitas empresas apenas montam seus produtos no Brasil, sendo os insumos na maioria importados.

Regras frágeis, ambiente institucional frágil, baixa inovação, mão de obra desqualificada são componentes do subdesenvolvimento brasileiro. Culturalmente somos um país pobre, onde a maioria da população não tem acesso a educação, cultura, saúde.

Podemos dizer que nos últimos anos tivemos melhoria na distribuição de renda, mas ainda somos um país com péssima distribuição de renda. Sendo os mais pobres sempre à margem da sociedade, sem condições dignas de vida. Muito menos com acesso à educação, a justiça, a condições de vida digna.

Do ponto de vista histórico nossas instituições são jovens, comparadas com o velho mundo. Portanto temos muito a evoluir com base nas nossas instituições. Mas necessitamos de um projeto de desenvolvimento a longo prazo, baseado em investimento e melhoria de indicadores sócio-econômicos.

8.4 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Reformas estruturais são necessárias do ponto de vista político. Necessitamos de governos mais capazes e mais eficientes. Não apenas aumento dos gastos do

governo, mas a melhoria destes gastos. É necessário o investimento maciço em educação, em tecnologia e melhoria de gestão pública.

É claro que não podemos importar modelos de desenvolvimento dos países ricos, pois nosso ambiente institucional é completamente diferente. Precisamos do fortalecimento de nossas instituições, principalmente no cumprimento de regras e normas, punindo quem tenta burlar o regramento existente.

Na economia, o Brasil conquistou um sistema macroeconômico sólido. Mas é necessário simplificar as regras e leis brasileiras. Um ambiente institucional mais moderno e simplificado, facilitando a produção e o comércio do Brasil. Leis simples são mais fáceis de serem cumpridas, e facilitam o controle sobre a sociedade.

A distribuição de renda também é fundamental no Brasil. A melhoria de indicadores sociais, a renda, do emprego são fundamentais para termos um mercado interno forte. O investimento em educação, com a melhoria do ensino principalmente em famílias de baixa renda, melhora a distribuição de renda. Necessitamos de um ambiente institucional que facilite a ascensão das pessoas por merecimento, e não por vantagens escusas.

Assim, com regras claras de fácil compreensão, com acesso a educação, a justiça, a renda, podemos ter um país com desenvolvimento econômico de longo prazo. Com o incentivo do Estado à inovação, ao desenvolvimento de projetos nacionais, e o incentivo do investimento produtivo, podemos ter altas taxas de crescimento econômico.

Portanto é claro que as instituições devem ser fortalecidas no Brasil, e mudarmos culturalmente nossos valores. Acabando com o incentivo a corrupção, a desvios de conduta. Pois as instituições somente mudarão com a melhoria da sociedade, da estrutura social brasileira. Mostrando que valores são importantes na sociedade, que é possível construir um país integrado, social e economicamente.

Assim, devemos punir duramente os corruptos, os desvios de comportamento, as empresas informais, ou seja, todos que fogem das normas e regras vigentes na sociedade. É claro que não teremos todas mudanças institucionais necessárias no país em cinco anos, mas precisamos construir uma trajetória de mudança na

sociedade. Melhoria dos indicadores sociais, da distribuição de renda, da educação, da justiça, da política. Ou seja, um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento econômico.

8.5 O MERCADO

O mercado brasileiro deve ser bem regulado e normatizado. Evitando assim, altos custos de transação. Mas também deve ser simples e de fácil apreciação pela sociedade. O mercado é o reflexo da sociedade, do grau de desenvolvimento econômico do país.

No Brasil, o mercado tem dificuldades de ser eficiente. Pois os custos de se abrir e manter um empresa aberta são altos, e o nível de produtividade baixo. Principalmente devido a uma estrutura tributária arcaica, e uma infra-estrutura deficitária.

A estrutura econômica no Brasil é arcaica, com excesso de regramento e dificuldade de inovação. O mercado é o reflexo do ambiente institucional do país, de seu grau de desenvolvimento ao longo da história. Portanto, é difícil simplesmente modificarmos as instituições vigentes. Mas deve ser um processo que ocorra ao longo dos anos, com a melhoria do ambiente econômico do país.

É necessário a discussão de políticas públicas de melhoria do ambiente institucional do país. Para termos regras modernas que incentivem a inovação, a livre iniciativa, o desenvolvimento econômico. Claro, que a melhoria da sociedade é necessário para termos melhoria institucional. Pois as instituições são o reflexo da sociedade, de seus costumes e tradições. Assim, devemos investir em cultura e educação, para termos futuramente um mercado sólido e moderno, com baixo custo de transação, incentivado a inovação constante.

O Estado brasileiro arrecada muito em imposto, mas temos pouco investimento em infra-estrutura. É um custo altíssimo que deve ser pensado, pois para competirmos no mercado internacional é necessário uma estrutura moderna e eficaz para escoar

a produção do país. Temos que com o desenvolvimento de instituições sólidas, fortes e modernas, podemos ter no país um desenvolvimento de longo prazo. Baseado num mercado bem regulado, num governo bem administrado e na sociedade participando de forma ativa no desenvolvimento econômico. Assim, vemos um longo caminho a percorrer, mas é com o aperfeiçoamento constante de nossas instituições que teremos um país moderno e desenvolvido.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo verificamos duas correntes principais na Economia Institucionalista, a Nova Economia Institucional que estuda os custos de transação. As instituições como facilitadores do mercado, propiciando assim o funcionamento mais correto do mercado. E temos a Economia Neo-Institucional que estuda a Economia como processo histórico, os costumes e regras da sociedade se modificando ao longo do tempo.

Assim, temos que não existe um modelo pronto de desenvolvimento econômico. Não podemos copiar o modelo de desenvolvimento de um país e aplicarmos em outro simplesmente. Pois, cada país tem sua cultura, sua história e suas instituições. Podemos sim, melhorarmos o ambiente institucional, e regulação da economia e nossa própria cultura. Evoluindo assim, para termos instituições sólidas e bem desenvolvidas.

Desta forma vemos que as instituições afetam sim o desenvolvimento dos países. Pois onde as instituições não funcionam bem, é mais difícil o país se desenvolver. Ou seja, temos dificuldade de melhorar indicadores econômicos e melhorar a distribuição de renda.

Na visão da NEI, as instituições facilitam a atuação dos mercados, reduzindo custos de transação. Então nos países desenvolvidos é mais fácil investir e ampliar a produção, criar coisas novas, ter índices melhores de educação, pois as instituições funcionam regulando os mercados. E melhorando a alocação de recursos.

Pela Economia Neo-Institucional, vemos que a Economia é um processo histórico, e as instituições são a evolução histórica dos países. Então nos países desenvolvidos as instituições também funcionam melhor, devido a sua “força” e reconhecimento, assim temos um mercado mais regulado, devido ao aspecto mais cultural de cada país e sua própria história de construção de suas instituições. Assim não podemos

importar instituições de países desenvolvidos, pois não terão legitimidade em nosso próprio país.

A Economia Institucional se preocupa com os processos decorrentes do ambiente institucional. Temos que o ambiente econômico bem definido e regulado, propicia a difusão de inovações, saltos tecnológicos e melhoria dos indicadores de crescimento econômico. A facilidade das empresas produzirem, gerarem riqueza dinamiza a economia toda. Temos maior geração de emprego e renda, melhorando os indicadores de distribuição de renda. Fica claro, que uma empresa vai investir num país onde tenha regras claras, boa política de investimentos governamentais e apoio das instituições. Um caso interessante no Brasil, é a justiça que opera lentamente e acaba no descrédito geral da população. A justiça fraca é um indicador claro de instituições fracas num país.

Assim vemos como as instituições podem definir o grau de desenvolvimento de um país e atuando de forma a propiciar o melhor desenvolvimento econômico e social, garantindo a melhoria de vida das pessoas.

Portanto as instituições moldam a estrutura sócio-econômica dos países, fortalecendo os mercados que atuam baseados nestas estruturas. Então importa o aspecto histórico dos países, pois as instituições evoluem ao longo do tempo, mudando e moldando a economia. Fica claro que não existe um modelo único de crescimento e desenvolvimento, mas é necessário analisarmos cada país separadamente, de acordo com suas instituições.

Os mercados se moldam de acordo com as instituições vigentes, se aparando no arcabouço institucional. É claro que regras claras e bem definidas podem fortalecer os investimentos nos países em desenvolvimento, e trazer a melhoria de indicadores sócio-econômicos. Contudo, a pesquisa na Economia Institucional pode evoluir muito ainda, trazendo nova luz ao estudo da economia e benefícios para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. Capitalism at the turn of the Century: regulation theory and challenge of social change. **New Left Review**, London, n.232, nov./dec., 1998.

BARROS, Alexandre M. Capital Humano, Instituições, Rent-Seekin e Desenvolvimento Econômico. In. Teixeira, Eryl Cardoso; Braga, Marcelo José. **Instituições e Desenvolvimento Econômico**. Viçosa, MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2007..

BOYER, Robert. **A teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

CONCEIÇÃO, Octavio. “Novas” tecnologias, “novo” paradigma tecnológico ou “nova” regulação: a procura do “novo”. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre: v.17, p.409-430, 1996.

CONCEIÇÃO, Octavio. A relação entre Processo de Crescimento Econômico, Mudança e Instituições na Abordagem Institucionalista. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre: v.23, p.603-620, 2002.

CONCEIÇÃO, Octavio. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre; (Teses Fee n 1), FEE, 2002.

CONCEIÇÃO, Octavio. Uma comparação entre os antigos, os novos e os neo-institucionalistas. In: **Texto para discussão** :UFRGS/ FCE/ DECON. Porto Alegre n. 11 (out.2005).

CONCEIÇÃO, Octavio. Além da transação : uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. In: **Economia : Anpec. Brasília**, DF. V. 8, n. 3, set./dez.,2007, p. 621-642.

CONCEIÇÃO, Octavio. **O Institucionalismo e o Processo de Crescimento Econômico**: Inovações e Mudanças Institucionais, Rotinas e Tecnologia Social, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/a07a101.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2010.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. Teoria e História: Notas Críticas sobre o tema da Mudança Institucional em Douglass North. **Revista de Economia Política** – Brazilian Journal of Political Economy. V.23, n 2, abr./Jun. 2003.

FERRARI FILHO, Fernando. **A NOÇÃO DE INCERTEZA NOS PÓS-KEYNESIANOS E INSTITUCIONALISTAS: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?** 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101324.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2010.

FREEMAN, C., PEREZ, C. Structural crises of adjustment business, cycles and investment behavior. In: Dosi, G. et al. (Ed). **Technical change and economic theory**. London: Printer, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio. A Construção de Instituições no Brasil: uma proposta. **Revista de Economia Política**, v.19, n.2, 74, p.25-30, abr-jun, 1999.

HODGSON, Geoffrey M. **How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science**. London, Routledge, 2001.

MATTHEWS, R. C. O. The Economics of Institutions and Sources of Growth. **The Economic Journal**, v. 96, p. 903-918, dec., 1986.

MARY, Shirley; MENARD, Claude. **Handbook of New Institutional Economics**. Netherlands, Springer, 2005.

NELSON, Richard R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**. Springs – Verlag.v. 12, p. 17-28, 2002.

NORTH, Douglass . **Institutions, Institutional Change**. 23 rd. New York: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**. Vol. 84, n 3, jun. p. 359-368, 1994.

NORTH, Douglass. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NORTH, Douglass . **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006, c1994.

POSSAS, Mario. Competitividade: Fatores sistêmicos e política industrial: Implicações para o Brasil. **Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: discutindo mudanças**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996.

ROMER, Paul. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, n. 98, 1990.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. A Institucionalidade da Política Industrial e Tecnológica: Problemas, Desafios e Propostas. In. TEIXEIRA, Eryl Cardoso. BRAGA, Marcelo José. **Instituições e Desenvolvimento Econômico**. Viçosa, MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2007. p. 25 – 101.

TOYSHIMA, Silvia Harumi, Instituições e Desenvolvimento Econômico. Uma Análise Crítica de Douglas North. **Est. Econ.**, 1999.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**. V.6, n1, p. 243-283, 1994.